

# MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

## DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

Tomando em consideração o relatorio<sup>1</sup> do ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, e

<sup>1</sup> Senhor.—O governo de 1869 representa seguramente uma das epochas mais brillantes da historia da administração do ultramar. Um homem, cujo talento na complexidade das suas manifestações abraçava a um tempo os mais vastos e complicados problemas da administração colonial, geria então a pasta da marinha e ultramar, pondo ao serviço do seu paiz a robusta energia do seu espirito. E rara a instituição, rarissima a lei da moderna administração das colonias portuguezas em que se não encontre o nome de Rebello da Silva.

Modificar a administração colonial nos seus organismos principaes é quasi sempre revogar ou alterar uma lei do preclaro estadista que conhecia admiravelmente a governação ultramarina na vasta encyclopedia dos seus serviços. Esta consideração seria de per si sufficiente para intimidar os mais audazes, se sobre ella não preponderasse o principio indiscutivel de que, sujeitas á evolução do espirito humano, carecem as leis de ser modificadas, acompanhando gradualmente a civilisação no seu movimento ascensional. Não ha leis perpetuas, porque não ha sociedades estacionarias. O decreto de 1 de dezembro de 1869, que reformou a administração civil das provincias ultramarinas, foi certamente um adiantamento com respeito á administração anterior, mas não corresponde ás necessidades do nosso dominio colonial.

Mandando, em obediencia á praxe estabelecida, applicar n'uma disposição generica a todo o ultramar o codigo administrativo de 1842, não comprehendeu que jamais poderia constituir-se um systema organisador de administração sob o imperio de uma codificação mal redigida, mutilada por portarias, interpollada de arestos dos tribunaes superiores, exauctorada, enfim, em todas as repartições da metropole. Comprehende-se a necessidade em que se encontrava o legislador, de manter no ultramar o codigo administrativo de 1842; não havia outro. As diversas tentativas de reforma, mais ou menos discutidas, tinham ficado sepultadas nos archivos das commissões das camaras. O codigo administrativo de 1842 havia resistido á invasão reformadora, e depois de haver governado a metropole e as colonias durante quasi trinta annos, não podia ser, n'aquelle momento, substituido vantajosamente, por não haver, como ha hoje, uma codificação moderna, elaborada com toda a madureza e reflexão depois de uma larga discussão parlamentar. Não obstante as modificações introduzidas pelo decreto de 1 de dezembro de 1869, o que é certo é que o codigo de 1842 não tem conseguido acclimar-se n'aquellas possessões por mais esforços que tenham sido empregados pelas estações officiaes.

As juntas geraes de provincia equivalentes ás juntas geraes de districto, apenas se têm constituido regularmente na India portugueza. De camaras municipaes são raros os exemplares que apparecem no estado de constituição perfeita nas provincias de Angola e Moçambique. Póde imaginar-se o que será um codigo feito para dois graus de administração, districtos e concelhos, applicado a uma divisão em tres graus, provincias, districtos e concelhos, e executado com todos os vícios originaes da sua redacção, e com todas as interpretações contradictorias das repartições e dos tribunaes, por individuos quasi todos militares, não raras vezes hospedes em direito administrativo.

Creio poder affirmar sem ousadia que até hoje não tem havido administração civil no ultramar, porque não comprehendo que seja administração a execução parcial e incompleta de uma lei, ou corpo de leis, sem pensamento organisador e systematico, levada a effeito por funcionarios nem sempre rigorosamente disciplinados.

tratado de commercio e de navegação concluído em 11 de julho de 1866 entre Portugal e a França.

Fica entendido que durante o presente accordo os vinhos portuguezes, seja qual for a sua qualidade, importados em pipas ou em garrafas, continuarão a estar sujeitos na sua entrada em França ao direito de 3 f. 50 c. por hectolitro, comprehendidos todos os direitos extraordinarios e addicionaes, segundo os termos da declaração de 5 de novembro de 1879 entre os dois paizes.

Em fé do que os abaixo assignados, em nòme dos seus respectivos governos, lavraram a presente declaração e lhe pozeram o sêllo de suas armas.

Feita em Paris, em duplicado, em 28 de outubro de 1881.

(L. S.) *José da Silva Mendes Leal.*

(L. S.) *B. Saint-Hilaire.*

D. do G. n.º 249, de 4 de novembro.

usando da auctorisação concedida pelo § 1.º do artigo 15.º do acto adicional á carta constitucional da monarchia;

Tendo ouvido a junta consultiva do ultramar e o conselho de ministros:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É auctorisado o governo a pôr em vigor nas provincias ultramarinas, com as modificações exigidas pe-

Com o intuito de remediar quanto possivel o actual estado de cousas, entendi que era conveniente organisar um codigo administrativo que possa vantajosamente substituir o de 18 de março de 1842, e que, servindo de lei geral para o ultramar, soffra todavia as modificações reclamadas pelas circumstancias especiaes de cada provincia.

Nos principios fundamentaes em que o novo codigo assenta ha dois pontos que differem profundamente do systema actual. Fallo da organização do conselho do governo e da junta geral da provincia. Até agora o conselho do governo tem estado completamente nas mãos dos funcionarios da provincia. Não me parece conveniente continuar este systema que monopolisa no funcionalismo todo o poder administrativo. É necessario chamar o elemento indigena ás funcções publicas, fazendo-o interessar nos negocios da colonia. N'este sentido o conselho do governo passa a ser constituido por oito vogaes de nomeação regia, devendo sempre ser representado o elemento indigena por dois vogaes escolhidos sem distincção de raça ou de religião.

A junta geral da provincia, em vez de ser constituida na sua quasi totalidade por funcionarios que mal podem harmonisar a independencia do seu voto com as exigencias das funcções que exercem, passa a ser composta plenamente de membros eleitos directamente pelos concelhos da provincia. São elegiveis todos os que sabem ler, escrever e contar, qualquer que seja a raça a que pertençam, ou a religião que professem.

No dia em que, por exemplo na India, a mais adiantada das nossas possessões, o gentio e o mouro, o brahmane e o sudra, forem chamados ao exercicio das funcções publicas, reconhecida a sua igualdade civil e politica perante a lei, aquella provincia não será apenas uma colonia em que o funcionalismo constitue um patriciado mais ou menos humanamente exercido sobre uma classe de cidadãos condemnados, desde seculos, a uma capitis-diminuição absurda. No conselho do governo, na junta geral, no exercicio das funcções das camaras municipaes, o projecto não reconhece differenças de religião nem de castas; reconhece apenas cidadãos sob o dominio da soberania portugueza. Nas corporações administrativas da provincia e do concelho, as raças votadas ao obscurantismo pelos preconceitos das velhas tradições do oriente, aprenderão a exercer e a ter consciencia dos seus direitos. O novo codigo será para ellas escola e catechismo de liberdade.

Excluidos apenas da administração das juntas de parochia, em consequencia do character ecclesiastico d'estes corpos administrativos, os subditos portuguezes não catholicos são chamados á gerencia de todas as corporações puramente civis. Determinando que o novo regimen administrativo será applicado em cada uma das provincias do ultramar com as alterações exigidas pelo grau de civilização de cada uma, o novo codigo respeita os usos, os costumes e as instituições peculiares de ordem administrativa que durante seculos se têm enraizado no territorio das colonias portuguezas, e dos quaes não é facil despojar o grupo numeroso de cidadãos que as povoam. Os organismos especiaes, semi-barbaros, manifestando em todas as suas articulações os defeitos das sociedades primitivas, irão desapparecendo no organismo geral da administração, á medida que as raças pertencentes a differente communhão religiosa se forem habituando no exercicio das funcções dos corpos locais a reconhecer as vantagens do novo regimen. A igualdade das condições da vida administrativa estabelecer-se-ha gradual e progressivamente sob a acção perseverante de uma lei civilisadora.

No que respeita ás attribuições dos funcionarios e corpos admi-

las circunstancias especiaes do seu territorio e pelo seu estado de civilisação, o codigo administrativo que baixa assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

Art. 2.<sup>o</sup> Os governadores geraes das provincias ultramarinas, logo que tenham conhecimento official do referido codigo, convocarão os conselhos do governo, a fim de proporem respectivamente as modificações a que allude o artigo antecedente.

Art. 3.<sup>o</sup> A medida que for declarado em vigor em cada uma das provincias ultramarinas o presente codigo, ficará revogado o de 18 de março de 1842 e toda a legislação em contrario.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 3 de novembro de 1881.—REL.—*Julio Marques de Vilhena.*

## Codigo administrativo das provincias ultramarinas

### TITULO I

#### Da divisão do territorio

Artigo 1.<sup>o</sup> As provincias ultramarinas dividem-se em districtos administrativos, os districtos em concelhos e os concelhos em parochias.

Art. 2.<sup>o</sup> A divisão e circumscripção administrativa de cada provincia será determinada pelo decreto especial que lhe tornar applicavel o presente codigo.

Art. 3.<sup>o</sup> A criação e suppressão dos districtos é da competencia do poder legislativo.

§ unico. Exceptuam-se os casos a que se refere o artigo 15.<sup>o</sup> § 1.<sup>o</sup> do acto addicional á carta constitucional da monarchia.

Art. 4.<sup>o</sup> Qualquer alteração que haja de fazer-se na circumscripção dos concelhos, quer pela criação e suppressão d'elles, quer pela transferencia de qualquer freguezia ou povoação de um para outro concelho, é da competencia da junta geral da provincia.

§ unico. A suppressão, porém, de um concelho só poderá ser decretada pela junta geral da provincia em qualquer das seguintes circunstancias:

1.<sup>o</sup> Quando a camara municipal e conjunctamente a maioria dos eleitores recenseados, requererem a suppressão;

2.<sup>o</sup> Quando no concelho não houver cidadãos recenseados como elegiveis para os cargos municipaes em numero

nistrativos, o projecto harmonisa, segundo penso, a acção de uns e outros, de modo que, respeitando a iniciativa local, tenham os representantes do poder executivo os meios de exercer, quando seja conveniente, a legitima repressão.

Seria absurdo transplantar para as colonias portuguezas o systema administrativo da metropole. O codigo vigente, com as suas juntas geraes dotadas de largas faculdades, e as commissões executivas constituidas em corpos independentes ao lado do governador civil, enfraqueceria no ultramar a acção do governador geral, que deve ser prompta e energica. O regimen do projecto diverge pois, como rasoavelmente não podia deixar de divergir, do regimen da metropole.

A falta de pessoal habilitado para os corpos administrativos obrigou-me a alterar disposições do codigo vigente, já limitando o numero dos seus vogaes, já estabelecendo um systema de substituição que em theoria não me parece justificavel, já circumscrevendo as incompatibilidades a um restricto numero de funções publicas. A presidencia nata das juntas de parochia conferida aos parochos, que na metropole nenhuma razão auctorisa, impõe-se como uma necessidade nas provincias ultramarinas, onde estes pequenos gremios administrativos se encontram no estado rudimentar.

Na redacção do projecto tive em vista não só o codigo vigente, mas a proposta apresentada ás côrtes em 24 de janeiro de 1880, pelo illustre ministro do reino do governo transacto, e completamente discutida na camara dos senhores deputados.

D'este modo, o projecto ficará constituindo o codigo typo das provincias ultramarinas. No decreto organico de cada provincia serão feitas as referencias ao mesmo codigo, pondo em vigor com as alte-

triplo do dos vereadores effectivos de que deve ser composta a camara municipal;

3.º Quando o municipio não tiver os rendimentos necessarios para occorrer ás suas despesas obrigatorias;

4.º Quando em dois biennios successivos os eleitores não concorrerem á eleição da camara municipal em numero sufficiente para ella se realisar;

5.º Quando o concelho não poder convenientemente subsistir pela separação de freguezias ou povoações que tenham sido annexadas a outro concelho.

Art. 5.º A deliberação da junta geral ácerca do objecto a que se refere o artigo antecedente carece, para ser executoria, da approvação do governo da metropole.

Art. 6.º A transferencia de qualquer povoação de uma freguezia para outra, dentro do mesmo concelho, pertence ao governador geral, ouvido o conselho do governo.

Art. 7.º Póde tambem o governador geral, ouvido o conselho do governo:

1.º Annexar para todos os effectos administrativos duas ou mais freguezias que em separado não tenham os elementos necessarios para a administração parochial;

2.º Alterar, de accordo com a auctoridade ecclesiastica, os limites das parochias e fixal-os quando estejam incertos;

3.º Resolver as duvidas suscitadas ácerca da demarcação e limites das circumscripções administrativas, com audiencia das corporações que as representam.

## TITULO II

### Das auctoridades, corpos e tribunaes administrativos

Art. 8.º As auctoridades administrativas são: na provincia o governador geral; no districto o governador do districto; no concelho o administrador, e na freguezia o regedor de parochia.

Art. 9.º Os corpos administrativos são: na provincia, o conselho do governo e a junta geral; no concelho a camara municipal e na freguezia a junta de parochia.

Art. 10.º Na séde da provincia funciona um tribunal administrativo, denominado conselho de provincia.

## TITULO III

### Disposições communs á organização e modo de funcção dos corpos administrativos

#### CAPITULO I

##### Da organização dos corpos administrativos

Art. 11.º As funcções dos corpos administrativos são gratuitas e obrigatorias.

rações convenientes, as disposições accomodadas ao estado de civilisação de cada uma.

Não ignoro que muitas das disposições do novo codigo são no momento actual da administração ultramarina inteiramente inexecutaveis. Providencias tem elle que poderão executar-se desde já em algumas das nossas possessões, mas que só mais tarde poderão ser executadas em outras. Poucas alterações terá de soffrer na sua applicação a Cabo Verde e ao estado da India; na sua applicação a Moçambique, e principalmente á Guiné, tem de ser mais largamente modificado.

O fim principal que tive em mira, coordenando o que me pareceu de melhor no estado actual do direito administrativo portuguez, foi acabar por uma vez com o codigo de 1842, que tem reduzido a administração civil ultramarina á situação anarchica em que presentemente se encontra. O novo codigo traça o circulo em que tem de mover-se durante muitos annos, a administração do ultramar. Dentro do seu vasto perimetro cada provincia constitue uma entidade especial com mais ou menos faculdades, conforme as suas condições peculiares. A medida que a civilisação produzir em cada provincia, com o seu desenvolvimento moral e material, novas necessidades de ordem administrativa, ir-se-ha applicando o novo codigo em cada um dos seus capitulos não declarados em vigor. D'este modo o novo codigo póde acompanhar durante largo tempo a civilisação ultramarina, e nos limites por elle traçados cada uma das nossas possessões póde constituir a sua lei organica progressiva.

Tenho, pois, a honra de submeter á apreciação de Vossa Magestade o seguinte projecto de decreto.

Secretaria da marinha e ultramar, em 3 de novembro de 1881.—  
*Julio Marques de Vilhena.*

§ unico. São todavia motivos de escusa:

1.º Idade superior a sessenta e cinco annos;

2.º Molestia chronica, de que resulte impossibilidade ou grave difficuldade para o exercicio das funcções;

3.º O exercicio de funcções de vogal-effectivo no mesmo corpo administrativo no quadriennio immediatamente anterior.

Art. 12.º A concessão das escusas a que se refere o artigo antecedente é da competencia do tribunal ou corpo administrativo, a que pertence conhecer da validade das respectivas eleições.

Art. 13.º O serviço dos corpos administrativos é quadriennial, havendo porém renovação dos vogaes de dois em dois annos, pela forma seguinte:

§ 1.º No segundo anno de todos os biennios, sempre que todos os vogaes em exercicio tiverem sido eleitos na mesma eleição, o respectivo corpo administrativo, no primeiro domingo do mez de outubro, procederá ao sorteio dos vogaes que no fim d'esse biennio devem retirar-se da administração, e que hão de ser metade do numero par immediatamente inferior ao numero impar que constituir o quadro pleno da corporação.

§ 2.º No mez de novembro seguinte proceder se-ha á eleição dos vogaes que hão de preencher os logares dos vogaes cessantes.

§ 3.º No fim do biennio immediato serão substituidos, independentemente de sorteio, os vogaes restantes; e assim successivamente de dois em dois annos.

Art. 14.º Não podem pertencer ao mesmo corpo administrativo parentes por consanguinidade ou affinidade dentro do terceiro grau da linha recta ou transversal, contado segundo o direito civil.

§ unico. Se forem eleitos para o mesmo corpo administrativo dois ou mais cidadãos, entre os quaes haja o parentesco declarado n'este artigo, terá a preferencia o mais votado, e o mais velho no caso de igualdade de votação.

Art. 15.º Os vogaes dos corpos administrativos são substituidos nas suas faltas e impedimentos pelos que tiverem servido nos annos precedentes, preferindo sempre os do anno mais proximo aos do mais remoto, e d'entre os do mesmo anno os mais votados aos menos votados.

Art. 16.º Ninguém pôde pertencer ao mesmo tempo a mais de um corpo administrativo.

§ unico. Quando algum cidadão for eleito para diversos corpos administrativos, prevalecerá a eleição pela circumscripção superior.

Art. 17.º Os corpos administrativos têm presidentes e vice-presidentes, eleitos annualmente pelos vogaes.

§ 1.º Nos impedimentos temporarios e simultaneos dos presidentes e vice-presidentes presidirão os vogaes mais votados.

§ 2.º Nas faltas e impedimentos permanentes e simultaneos dos presidentes e vice-presidentes proceder so-ha a eleição para os respectivos cargos.

§ 3.º Enquanto houver vogaes effectivos os presidentes e vice-presidentes não serão tirados dos substitutos.

Art. 18.º Perde o logar no corpo administrativo a que pertencer, o vogal que acceitar cargo incompativel com os cargos do mesmo corpo, ou exercer funcções que o obriguem a residencia fóra da area da respectiva circumscripção, durante todo o anno ou a maior parte d'elle.

§ unico. O logar de qualquer corpo administrativo não se perde pelo exercicio das funcções de deputado ou par do reino.

Art. 19.º Antes de entrarem em exercicio, os membros dos corpos administrativos, prestam, conforme o rito da sua religião, nas mãos do presidente ou de quem suas vezes fizer, juramento de fidelidade ao Rei e de obediência á carta constitucional, ao acto addicional e ás leis do reino.

§ 1.º Se não comparecer o presidente ou quem o deva substituir, o juramento poderá ser deferido pelo magistrado administrativo da respectiva circumscripção.

§ 2.º Os vogaes substitutos, quando forem chamados a servir, prestam juramento nas mãos do presidente em exercício.

Art. 20.º Os corpos administrativos podem ser dissolvidos pelo governador geral com audiência do conselho do governo e quando o aconselharem motivos ponderosos de conveniência publica, procedendo-se immediatamente a nova eleição.

Art. 21.º A condemnação em processo criminal do qualquer vogal de um corpo administrativo, por motivo de abusos praticados no exercício das suas funcções, priva o condemnado do seu cargo durante todo o tempo por que teria de servir.

Art. 22.º Os vogaes dos corpos administrativos funcionam, ainda alem do tempo para que foram eleitos, enquanto não estiverem legalmente substituidos.

Art. 23.º No caso de dissolução dos corpos administrativos e não havendo numero sufficiente de substitutos para preencherem o quadro da corporação, póde o governador geral, ouvido o conselho do governo, nomear os que faltarem até que se proceda a nova eleição.

§ unico. Não podem funcionar depois da dissolução os substitutos que estiverem em effectivo serviço na corporação dissolvida.

Art. 24.º Os vogaes dos corpos administrativos eleitos fóra da epocha ordinaria, funcionam sómente até ao fim do biennio ou do quadriennio por que teriam de servir, se tivessem sido eleitos na epocha ordinaria immediatamente anterior.

## CAPITULO II

### Reuniões e deliberações

Art. 25.º Os corpos administrativos reúnem-se e funcionam nos edificios especialmente destinados para as suas sessões, salvo havendo justo impedimento e annunciando-se previamente por editaes o novo local das reuniões, com antecipação de tres dias pelo menos.

Art. 26.º Os corpos administrativos não podem funcionar validamente sem que esteja reunida em sessão a maioria dos seus vogaes.

Art. 27.º É da competencia dos corpos administrativos conceder licenças aos seus vogaes e conhecer da legitimidade das suas faltas e impedimentos.

Art. 28.º As sessões dos corpos administrativos são publicas.

Art. 29.º As deliberações dos corpos administrativos são tomadas á pluralidade de votos dos vogaes presentes.

§ unico. Nos casos de empate o presidente tem voto de qualidade.

Art. 30.º Os negocios são resolvidos por votação nominal.

§ 1.º Serão feitas por escrutinio secreto todas as votações que envolverem apreciação do merito ou demerito de qualquer pessoa.

§ 2.º Quando haja empate na votação por escrutinio secreto, ficará o negocio adiado para a sessão ou sessões immediatas até se obter vencimento.

Art. 31.º Os vogaes dos corpos administrativos não podem assistir ás sessões ou a parte d'ellas em que se tratar de negocios que lhes digam respeito, ou a pessoa a quem representem, ou com quem tenham parentesco, por consanguinidade ou affinidade, dentro do terceiro grau por direito civil.

Art. 32.º Nenhum vogal póde excusar-se de votar e deliberar em qualquer negocio que se tratar em sessão, e em que não esteja inhibido de intervir pela disposição do artigo antecedente.

Art. 33.º Aos presidentes dos corpos administrativos pertence dirigir as discussões, regular a ordem dos trabalhos das sessões a que presidirem, e tomar as providencias necessarias para que se não perturbe a corporação no exercício das suas funcções.

Art. 34.º As sessões dos corpos administrativos são ordinarias ou extraordinarias.

Art. 35.º Os corpos administrativos, que funcionam permanentemente, celebram as suas sessões ordinarias nos dias que designarem na primeira sessão de cada anno.

Art. 36.º Os corpos administrativos a que se refere o artigo antecedente, reunir-se-hão em sessões extraordinarias todas as vezes que o interesse publico assim o exigir.

§ 1.º Aos presidentes pertence fazer as convocações, sempre que o julgarem necessario, ou lhes for requisitado pela auctoridade administrativa ou por dois vogaes da respectiva corporação.

§ 2.º Na convocação deve declarar-se o negocio ou negocios que têm de ser tratados na sessão extraordinaria.

Art. 37.º Nas sessões extraordinarias dos corpos administrativos, a que se referem os dois artigos antecedentes, não é permittido tratar de assumptos estranhos áquelles para que tiver sido feita a convocação.

Art. 38.º São nullas as deliberações dos corpos administrativos:

1.º Quando forem tomadas sobre objectos estranhos á sua competencia e attribuições;

2.º Quando forem tomadas em sessões ordinarias celebradas fóra dos dias para ellas designados;

3.º Quando forem tomadas em sessões extraordinarias sobre assumptos não declarados na convocação;

4.º Quando forem tomadas antes da abertura ou depois do encerramento da sessão, ou fóra do local para ella destinado;

5.º E em geral quando forem oppostas ás leis e regulamentos da administração publica.

Art. 39.º De tudo o que occorrer nas sessões se lavrará acta em livro especial, com termo de abertura e encerramento, numerado e rubricado pelo presidente da corporação.

Art. 40.º As actas das sessões serão escriptas pelos secretarios ou escrivães, e assignadas pelos vogaes que forem presentes.

§ 1.º Se algum vogal deixar de assignar declarar-se-ha a falta e o motivo d'ella.

§ 2.º O vogal que não se conformar com alguma deliberação póde assignar vencido, mas não póde fundamentar o seu voto nem recorrer da deliberação.

Art. 41.º As deliberações dos corpos administrativos só podem provar-se pelas respectivas actas.

## TITULO IV

### Da administração da provincia

#### CAPITULO I

##### Do governador geral

Art. 42.º O governador geral é de nomeação regia, a qual sempre deverá recair em individuos que tenham exercido logares superiores de administração publica, militar ou civil.

Art. 43.º O governador geral presta juramento nas mãos do ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, por cuja repartição é nomeado e pela qual se corresponde com o governo da metropole.

Art. 44.º O praso ordinario do serviço do governador é de cinco annos contados do dia da posse.

Art. 45.º O governador geral é o magistrado supremo militar e civil da provincia. Tem o titulo de conselho e gosa das honras dos antigos capitães generaes.

Art. 46.º O governador geral tem dois ajudantes de ordens que não podem ter posto superior ao de capitão.

Art. 47.º Nas suas faltas e impedimentos o governador geral é substituido pelo membro do conselho do governo que tiver sido escolhido por nomeação regia.

Art. 48.º Alem das attribuições marcadas em outros artigos d'este codigo compete ao governador geral:

- 1.º Representar a provincia;
- 2.º Executar as deliberações da junta geral;
- 3.º Exercer as attribuições tutelares para com os corpos administrativos, nos casos determinados n'este código;
- 4.º Presidir ao conselho do governo;
- 5.º Transmittir as leis, regulamentos e ordens superiores ás auctoridades subalternas, dando-lhes as instrucções convenientes para a sua execução;
- 6.º Exercer inspecção geral e superior sobre a execução de todas as leis e regulamentos de administração publica;
- 7.º Superintender em todos os magistrados, funcionarios e corpos administrativos, e em todos os objectos da competencia d'elles, podendo fazer ou mandar fazer inqueritos á sua administração, examinar, sempre que o julgar necessario, o estado dos cofres, quer publicos, quer das corporações e estabelecimentos publicos, e providenciar no que for das suas attribuições;
- 8.º Superintender nos estabelecimentos de instrucção publica, nos termos das leis especiaes;
- 9.º Vigiar o exercicio da auctoridade ecclesiastica, dando conta dos abusos que notar;
- 10.º Exercer, a respeito dos bens e regulamentos da fazenda publica, as diversas funcções que lhes incumbem as leis e regulamentos especiaes;
- 11.º Prover provisoriamente todos os empregos publicos de nomeação regia, quando se achem vagos, ou o respectivo empregado esteja impedido, salvo o caso de haver lei especial que regule o modo de prover a substituição;
- 12.º Nomear os administradores de concelho sob proposta dos governadores do districto;
- 13.º Nomear para todos os empregos publicos, cujos vencimentos não excedam a 500,000 réis ou que não tenham por lei modo especial de nomeação;
- 14.º Suspender e demittir os empregados de sua nomeação;
- 15.º Dar ou mandar dar posse a todos os funcionarios que estão debaixo da sua direcção, e suspendel-os do exercicio e vencimentos, dando immediatamente parte ao governo, quando a este pertença a nomeação;
- 16.º Tomar ou mandar tomar pelos seus delegados o juramento aos funcionarios publicos, quando a lei não designe auctoridade competente para o deferir;
- 17.º Conceder licenças aos empregados seus subordinados;
- 18.º Mandar processar as folhas dos vencimentos dos empregados da sua dependencia, nos termos dos regulamentos;
- 19.º Approvar, ouvido o conselho do governo, os estatutos das associações e institutos de recreio, instrucção publica, piedade e beneficencia, incluindo os estatutos de bancos, monte pios, montes de piedade, sociedades de socorros mutuos e outros estabelecimentos;
- 20.º Fixar o numero de amanuenses e officiaes de diligencias das administrações dos concelhos, precedendo audiencia dos governadores de districtos e das camaras municipais;
- 21.º Mandar proceder ás eleições de todos os corpos administrativos e auctoridades electivas, nos dias e prazos para esse fim designados n'este código;
- 22.º Abrir, encerrar, prorogar e adiar em nome do Rei as sessões da junta geral;
- 23.º Nomear os juizes electivos quando a eleição não der resultado;
- 24.º Finalmente, exercer quaesquer outras attribuições que as leis lhe incumbam.

Art. 49.º Carecem da approvação do governo da metropole:

- 1.º A demissão de empregados;
- 2.º A concessão de licenças por mais de seis mezes.

Art. 50.º No que respeita á policia da provincia compete ao governador geral:



1.º Dar, executar e fazer executar todas as providencias necessarias para manter a ordem de segurança publica, auxiliando-se para esse fim da força publica;

2.º Exercer a fiscalisação necessaria sobre os estrangeiros residentes na provincia;

3.º Conceder passaportes nos termos dos regulamentos;

4.º Conceder licenças para theatros e espectaculos publicos na capital da provincia;

5.º Tomar providencias sobre as loterias e rifas auctorizadas, casas publicas de jogo, hospedarias, estalagens, botequins e semelhantes;

6.º Tomar providencias para repressão da mendicidade e vadiagem;

7.º Tomar providencias sobre os musicos ambulantes, pregões nos logares publicos, toques de sinos, fogueiras e fogos de artificio;

8.º Tomar providencias ácerca dos estabelecimentos ou agencias onde se inculcam quaesquer serviços;

9.º Conceder licenças para casas de emprestimos sobre penhores, incluindo as constituidas por bancos, monte pios, montes de piedade, sociedades de soccorros mutuos e outros estabelecimentos;

10.º Conceder licenças aos estabelecimentos insalubres, incommodos ou perigosos, nos termos dos respectivos regulamentos;

11.º Tomar providencias sobre a policia das mulheres prostitutas;

12.º Dirigir e superintender os differentes serviços de hygiene publica, na conformidade das leis e regulamentos especiaes;

13.º Superintender na segurança das prisões e sustentação dos presos;

14.º Dirigir superiormente os corpos de policia civil, exercendo a respeito d'elles e do seu pessoal as attribuições que lhe são commettidas pelas leis e regulamentos especiaes;

15.º Executar e fazer executar todas as leis e regulamentos de policia, e bem assim todas as providencias que lhe parecerem convenientes, para protecção dos direitos dos cidadãos e livre exercicio das funções das auctoridades e repartições publicas.

16.º Finalmente, exercer outras quaesquer attribuições policiaes que as leis lhe incumbam.

Art. 51.º O governador geral, ouvido o conselho do governo, pôde fazer regulamentos de execução permanente, não só sobre os assumptos de que trata o artigo antecedente, mas sobre quaesquer outros da sua competencia.

Art. 52.º Os regulamentos de execução permanente carecem de approvação do governo da metropole.

Art. 53.º Ao governador geral pertence tambem a tutela das irmandades, confrarias e institutos de piedade ou de beneficencia, e no exercicio d'estas funções compete-lhe:

1.º Regular a sua administração em harmonia com os fins dos seus estatutos e disposições das leis;

2.º Approvar, ouvido o conselho do governo, os seus orçamentos e auctorisar os actos da sua administração que possam influir nos mesmos orçamentos, incluindo as acquisições de bens immobiliarios, alienações, descapitalisação de fundos e emprestimos;

3.º Dissolver, ouvido o conselho do governo, as mesas ou administrações, nomeando livremente commissões que administrem até á epocha da eleição ordinaria, quando não julgue conveniente antecipar a eleição;

4.º Ordenar a estas corporações que organisem novos estatutos, podendo obrigar, tanto as que já existirem como as que de novo se fundarem, a applicar, pelo menos, a decima parte da sua receita ordinaria a actos de beneficencia e a auxiliar o ensino primario;

5.º Extinguir, ouvido o conselho do governo, as irmandades e confrarias, que, comquanto legalmente erectas, não tenham numero de vogaes sufficiente, em dobro, para constituirem a mesa, ou estejam por elles abandonadas, inti-

mando-as previamente para se constituírem em conformidade dos seus estatutos, e, no caso de recusa, applicando os seus bens e valores em beneficio de algum estabelecimento de caridade da provincia, ou da respectiva junta de parochia;

6.º Extinguir, ouvido o conselho do governo, as irmandades e confrarias illegalmente erectas, ou sem estatutos devidamente approvados, encorporando os seus bens e valores na respectiva junta de parochia, quando, depois de intimados os seus gerentes, ellas se não constituam regularmente.

§ unico. Nas disposições d'este artigo não são comprehendidos os monte pios ou quaesquer associações fundadas exclusivamente no principio da mutualidade, as quaes todavia ficam sujeitas á vigilancia e inspecção do governador geral que proporá, havendo motivos ponderosos, ao governo da metropole a extincção dos referidos estabelecimentos.

Art. 54.º Conforme o disposto no § 2.º do artigo 15.º do acto addicional á carta constitucional da monarchia, póde o governador geral tomar, ouvido o conselho do governo, as providencias indispensaveis para acudir a alguma necessidade tão urgente, que não possa esperar pela decisão das côrtes ou do governo.

§ unico. Não se considera urgente, e por isso não é permitido aos governadores:

1.º Lançar impostos e alterar ou augmentar os estabelecidos, ou antecipar a sua cobrança;

2.º Contrahir empréstimos, excepto em casos extraordinarios e de urgentissima necessidade, não podendo, ainda n'esta hypothese, verificar-se o empréstimo sem voto affirmativo do conselho do governo;

3.º Estabelecer monopolios;

4.º Fazer cessão ou troca de alguma parte do territorio da provincia, ou d'aquella a que a nação tenha direito;

5.º Alterar a lei das despesas da provincia;

6.º Criar ou supprimir empregos, augmentar-lhes os ordenados, demittir empregados de nomeação regia;

7.º Fazer mercês pecuniarias ou honorificas;

8.º Approvar o estabelecimento de companhias ou de empresas com privilegios exclusivos ou subsidio do governo;

9.º Alterar a organização do poder judicial ou as leis do processo;

10.º Suspender os juizes do seu exercicio ou vencimentos;

11.º Alterar o valor da moeda;

12.º Estatuir em contravenção dos direitos civis e politicos dos cidadãos;

13.º Perdoar, minorar ou commutar penas, e conceder amnistias;

14.º Prover beneficios ecclesiasticos;

15.º Definir os limites do territorio com outras nações;

16.º Conceder beneplacitos a quaesquer decretos de concilios, letras apostolicas ou consultas ecclesiasticas;

17.º Alterar a organização dos corpos administrativos;

18.º Determinar em casos ordinarios despeza alguma que não esteja auctorizada por leis ou por ordem do governo.

Art. 55.º Quando o governador geral tomar providencia superior ás suas faculdades ordinarias, dará conta ao governo pela primeira mala que vier ao reino. Esta conta será motivada e virá acompanhada das respectivas actas do conselho do governo.

Art. 56.º Quando o governador geral julgar necessario ou conveniente a revogação, modificação ou substituição de qualquer lei ou disposição legislativa, decreto ou disposição do governo, remetterá ao ministerio da marinha e ultramar a proposta ou propostas que julgar convenientes.

§ 1.º Quando as propostas respeitarem a disposição legislativa, será ouvida, alem do conselho do governo, a junta geral. Acompanharão as propostas as actas das sessões respectivas com a opinião motivada do governador geral.

§ 2.º Estas propostas não podem ser pelo governador declaradas em execução, ainda que provisoriamente, salvo os casos de urgencia, conforme o disposto no § 2.º do artigo 15.º do acto addicional.

Art. 57.º O governador geral pôde delegar no governador de districto, a fim de serem exercidas por este magistrado na circumscripção districtal, quaesquer attribuições que lho pertençam com relação a toda a provincia, quando o exigirem as necessidades da administração.

§ unico. A delegação de attribuições com caracter de permanencia será sempre feita por portaria publicada no *Boletim official*.

Art. 58.º Todos os actos do governador geral podem ser emendados ou revogados por meio de recurso.

§ 1.º O recurso pôde ser interposto para o governo em qualquer tempo, salvo havendo prejuizo de direitos adquiridos.

§ 2.º Uma lei regulará o recurso contencioso dos actos do governador geral nos casos de incompetencia, excesso de poder, violação de lei e offensa de direitos.

## CAPITULO II

### Dos empregados da secretaria do governo geral

Art. 59.º No governo geral ha um secretario do governo nomeado por decreto real, precedendo concurso perante o ministro da marinha e ultramar.

§ unico. É applicavel a este concurso, com as modificações do artigo seguinte, o disposto nos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º do decreto de 6 de julho de 1878.

Art. 60.º Para ser nomeado secretario do governo geral é necessario ter qualquer das habilitações referidas nos numeros seguintes:

1.º Ser bacharel formado em direito;

2.º Ter um curso qualquer de instrucção superior e haver exercido, pelo menos durante seis mezes, o lugar de governador geral, governador de districto ou administrador do concelho nas provincias ultramarinas;

3.º Ter um curso qualquer de instrucção superior e haver exercido, pelo menos durante dois annos, o lugar de governador civil ou administrador do concelho na metropole, ou qualquer emprego superior a amanuense nas secretarias dos negocios do reino ou da marinha e ultramar.

§ unico. O lugar de secretario geral é de commissão, amovivel á vontade do governo da metropole.

Art. 61.º Compete ao secretario do governo:

1.º Dirigir, sob as ordens do governador geral, o expediente e trabalhos da secretaria, podendo corresponder-se com todos os funcionarios e repartições subordinadas ao governador geral;

2.º Exercer as funções do ministerio publico junto do conselho de provincia, e de quaesquer tribunaes e estações administrativas, cuja jurisdicção comprehenda a area da circumscripção provincial, podendo assistir ás sessões, reclamar e recorrer para os tribunaes competentes, sempre que o exigir o interesse publico e o bem da provincia.

Art. 62.º Nas provincias, onde o exigirem as necessidades da administração, poderá o governo da metropole nomear um sub-secretario do governo geral, encarregado de auxiliar o secretario no desempenho das funções do ministerio publico.

§ unico. Este funcionario será escolhido d'entre os magistrados do ministerio publico do ultramar, e gosará de todas as vantagens pertencentes á sua classe.

Art. 63.º Os quadros das secretarias dos governos geraes são fixados por lei ou decreto.

Art. 64.º Os empregados da secretaria do governo geral são nomeados precedendo concurso documental.

§ 1.º Para estes logares têm preferencia os que tiverem serviços de administração no ultramar.

§ 2.º Para os logares de official têm preferencia, em

igualdade de circumstancias, os amanuenses da mesma secretaria.

Art. 65.º O governador geral nomeia, independentemente de concurso, o porteiro, continuos e correios onde os houver.

Art. 66.º O secretario e demais empregados do governo geral prestam juramento nas mãos do governador geral.

Art. 67.º Nas faltas e impedimentos do secretario fará as suas vezes o sub-secretario, e não o havendo, o official mais graduado da secretaria, ou o que o governador geral designar, sendo mais de um os de igual graduação.

Art. 68.º Nas faltas e impedimentos dos officiaes ou chefes de repartição, farão as suas vezes os empregados da classe immediatamente inferior que o governador geral designar.

Art. 69.º Os porteiros são substituidos nas suas faltas e impedimentos pelos outros empregados menores, e estes pelos empregados das administrações dos concelhos ou do policia que o governador geral designar.

### CAPITULO III

#### Do conselho do governo

Art. 70.º O conselho do governo é composto de oito membros de nomeação regia.

Art. 71.º No conselho do governo será sempre representado por dois vogaes o elemento indigena, sem distincção de raça ou de religião.

§ unico. No decreto especial que applicar a cada provincia o presente codigo só poderá dispensar-se a disposição d'este artigo, demonstrada a impossibilidade absoluta da sua execução.

Art. 72.º O conselho do governo serve por cinco annos, podendo os seus vogaes ser reconduzidos por nova nomeação.

Art. 73.º Os membros do conselho do governo prestam nas mãos do governador geral, conforme o rito da religião que professarem, juramento de observar a constituição o as leis, serem fieis ao governador geral, segundo suas consciencias, e attendendo sómente ao bem da provincia e da nação.

Art. 74.º São responsaveis os membros do conselho do governo pelos conselhos que derem, oppostos ás leis e ao interesse da provincia, manifestamente dolosos.

Art. 75.º Compete ao conselho do governo ser ouvido nos casos determinados n'este codigo e em geral em todos os negocios graves da administração da provincia.

Art. 76.º O conselho do governo será convocado pelo governador geral e terá as sessões que elle designar.

Art. 77.º Os vogaes do conselho do governo tomam o primeiro lugar na assignatura do auto da posse do governador geral.

Art. 78.º Das disposições geraes contidas nos capitulos I e II do titulo III d'este codigo são unicamente applicaveis ao conselho do governo o artigo 11.º e § unico n.ºs 1.º e 2.º, e os artigos 15.º, 21.º, 22.º, 25.º, 26.º, 27.º, 29.º, 30.º e §§ 1.º e 2.º, 31.º, 32.º, 35.º, 39.º, 40.º e 41.º

§ unico. É competente para conhecer das escusas apresentadas pelos membros do conselho o governo da metropole.

### CAPITULO IV

#### Da junta geral da provincia

Art. 79.º A junta geral da provincia é composta de vogaes eleitos directamente pelos conselhos da provincia em numero não inferior a treze nem superior a vinte e um.

Art. 80.º O governador em conselho do governo designará o numero de vogaes que devem ser eleitos por cada um dos concelhos.

Art. 81.º A designação do numero de vogaes por cada concelho carece da confirmação do governo da metropole.

Art. 82.º Esta designação, uma vez decretada, só po-

derá soffrer modificação, occorrendo motivos ponderosos de conveniencia publica e sob consulta affirmativa da junta geral.

Art. 83.º O vogal eleito por mais de um concelho representará o da sua naturalidade; na falta d'esta circumstancia o da residencia; na falta d'esta aquelle em que tiver obtido o maior numero de votos; e em igualdade de votos o que a sorte designar.

Art. 84.º A junta geral terá duas sessões ordinarias em cada anno, cada uma das quaes poderá durar trinta dias consecutivos.

§ 1.º O governador geral fixará em conselho do governo os mezes em que terão logar as referidas sessões. Esta deliberação será de execução permanente.

§ 2.º Poderá alem d'isso a junta geral reunir-se extraordinariamente, quando por motivo urgente for convocada pelo governador geral, ou assim estiver determinado por disposição de lei ou decreto.

Art. 85.º As sessões da junta geral que devem abrir-se em dias ou epochas determinadas não carecem de convocação.

Art. 86.º As sessões da junta geral são abertas, encerradas, prorogadas e adiadas pelo governador geral em nome do Rei.

Art. 87.º As sessões extraordinarias consideram-se terminadas com a resolução dos negocios que determinaram a convocação.

Art. 88.º O governador geral póde assistir ás sessões da junta, será ouvido quando o pedir, e toma assento ao lado direito do presidente.

Art. 89.º O expediente da junta está a cargo da secretaria do governo geral.

§ unico. Poderá todavia a junta, quando occorram trabalhos extraordinarios, nomear empregados para esses serviços e arbitrar-lhes a correspondente gratificação.

Art. 90.º A junta corresponde-se directamente com todas as auctoridades e repartições publicas da provincia.

§ unico. Com o governo, porém, e com os tribunaes e repartições superiores da metropole só poderá corresponder-se por intermedio do governador geral.

Art. 91.º Na primeira reunião de cada anno a junta constitue-se debaixo da presidencia do mais velho, servindo de secretario o mais novo dos vogaes presentes; e procederá em seguida á eleição de presidente, vice-presidente, secretario e vice-secretario.

§ unico. Na mesma reunião elegerá uma commissão de tres vogaes encarregada de elaborar o seu orçamento.

Art. 92.º Da eleição da mesa e constituição definitiva da junta se lavrará acta, que será enviada por copia ao governador geral.

## CAPITULO V

### Competencia e attribuições da junta geral da provincia

Art. 93.º Á junta geral pertencem attribuições:

1.º Como administradora e promotora dos interesses da provincia;

2.º Como corporação tutelar da administração dos municipios;

3.º Como auxiliar da execução de serviços de interesse geral da nação.

Art. 94.º É da competencia da junta, como administradora e promotora dos interesses da provincia:

1.º Administrar todos os bens e estabelecimentos da provincia que tiverem dotação no seu orçamento;

2.º Applical-os aos usos e fins a que são destinados ou dar-lhes usos e fins diversos, havendo n'isso vantagem para a provincia;

3.º Deliberar sobre a aquisição dos bens necessarios ao desempenho dos serviços da provincia e sobre a alienação dos que forem dispensaveis d'esses serviços;

4.º Deliberar sobre a acceitação de heranças, legados e

doações feitas á provincia ou a estabelecimentos provinciaes;

5.º Regular e dirigir a administração dos expostos e creanças desvalidas e abandonadas;

6.º Criar estabelecimentos e institutos de utilidade para a provincia e supprimil-os quando seja necessario;

7.º Subsidiar estabelecimentos de beneficencia, instrucção e educação de que não seja administradora, uma vez que esses estabelecimentos sejam de reconhecida utilidade a alguma povoação importante ou a alguma classe digna da protecção publica;

8.º Deliberar sobre a construcção e administração das cadeias provinciaes, segundo os planos competentemente decretados e as regras estabelecidas nas leis especiaes;

9.º Mandar proceder, na conformidade das leis respectivas, á abertura, construcção, reparação e conservação das estradas da provincia;

10.º Criar os empregos necessarios ao desempenho dos serviços da administração, arbitrando-lhes a correspondente remuneração e extinguindo-os quando se tornem desnecessarios;

11.º Nomear os empregados da administração provincial cujos vencimentos estejam a cargo do respectivo cofre, suspendel-os e demittil-os, depois de ouvidos, quando commettam faltas graves ou se tornem indignos de exercer as suas funcções;

12.º Aposentar os referidos empregados e estabelecer deducções nos seus vencimentos destinadas ás mesmas aposentações;

13.º Nomear e demittir os professores pagos pelo cofre provincial, na conformidade do que for estabelecido nas leis especiaes;

14.º Deliberar sobre os pleitos a intentar e a defender por parte da provincia e transigir sobre elles;

15.º Contrahir empréstimos para a realisação de melhoramentos provinciaes, estabelecendo a respectiva dotação e estipulando as condições da sua amortisação;

16.º Contratar com emprezas individuaes ou collectivas a execução de quaesquer obras, serviços ou fornecimentos de interesse para a provincia;

17.º Fazer regulamentos para o regimen dos estabelecimentos e serviços pertencentes á administração provincial;

18.º Fazer regulamentos de policia proprios de posturas municipaes, mas que ao seu parecer convenha serem uniformes em toda a provincia, ouvidas previamente as camaras municipaes;

19.º Fazer regulamentos para a fruição dos pastos e logradouros dos povos pertencentes a mais de um concelho;

20.º Nomear a commissão encarregada de elaborar o seu orçamento;

21.º Fixar as quotas com que as camaras municipaes devem concorrer para as despesas da provincia, e a percentagem adicional ás contribuições directas e geraes da mesma provincia;

22.º Fixar a dotação de todos os serviços e regular todas as despesas da administração provincial;

23.º Deliberar, na conformidade das leis respectivas, sobre a conveniencia de serem expropriadas por utilidade publica as propriedades necessarias aos melhoramentos da provincia;

24.º Conceder licença para o assentamento de linhas ferreas americanas em estradas municipaes pertencentes a mais de um concelho;

25.º Approvar o orçamento especial da provincia.

Art. 95.º Nas obras publicas, sobre as quaes a junta póde deliberar, não se comprehendem:

1.º As das fortalezas;

2.º As dos edificios necessarios para o governo geral da provincia, administração da justiça e da fazenda, quartéis de tropa e mais estabelecimentos militares.

**Art. 96.º** Como auctoridade tutelar da administração municipal compete á junta geral:

1.º Nomear para os cargos municipaes quando a eleição não der resultado;

2.º Conceder ou negar approvação aos actos, deliberações e accordos das camaras municipaes, que nos termos d'este codigo carecem d'essa approvação para se tornarem executorios;

3.º Recommendar á iniciativa das mesmas camaras os melhoramentos das respectivas administrações, dando-se-lhes todas as indicações e instrucções necessarias ao bom desempenho dos serviços da sua competencia.

**Art. 97.º** Como auxiliar da execução de serviços de interesse geral da nação, incumbe á junta geral:

1.º Exercer as attribuições que lhe forem commettidas por disposições das leis;

2.º Propor ao governo da metropole a lista triplíce para a nomeação do conselho de provincia;

3.º Emitir voto consultivo em todos os assumptos sobre que for consultada pelo governo da metropole ou pelo governador geral.

**Art. 98.º** Carecem, para se tornarem executorias, da approvação do governador geral as attribuições da junta referidas no artigo 94.º quando versem:

1.º Sobre a applicação de bens e estabelecimentos da provincia a usos diversos d'aquelles a que são destinados;

2.º Sobre a criação de estabelecimentos e institutos de utilidade para a provincia e sua extincção;

3.º Sobre a criação de empregos, sua dotação e extincção;

4.º Sobre a demissão de empregados e suspensão por tempo excedente a trinta dias no mesmo anno;

5.º Sobre aposentações e deducções a ellas destinadas nos vencimentos dos respectivos empregados;

6.º Sobre contratos para a execução de obras, serviços e fornecimentos de interesse da provincia quando devam ter effeito por mais de um anno;

7.º Sobre regulamentos de policia municipal que convenha regular uniformemente em todos os concelhos da provincia;

8.º Sobre regulamentos para a fruição de pastos e logradouros de povos pertencentes a mais de um concelho;

9.º Sobre empréstimos, sua dotação e encargos, quando estes sós de per si ou juntos aos encargos de empréstimos anteriores absorvam mais da decima parte da receita ordinaria auctorizada nos orçamentos do anno corrente;

10.º Sobre a aquisição de bens e direitos necessarios aos serviços da provincia e alienação dos que forem dispensaveis d'esses serviços;

11.º Sobre a construcção de obras para a realisação de melhoramentos da provincia;

12.º Sobre desistencias, confissões e transacções ácerca de pleitos;

13.º Sobre a concessão de linhas ferreas americanas em estradas pertencentes a mais de um concelho.

§ unico. Todas as outras deliberações da junta enumeradas no artigo 94.º são executorias independentemente de confirmação de qualquer tribunal ou auctoridade.

**Art. 99.º** As deliberações tomadas pela junta no exercicio das attribuições administrativas designadas no artigo 94.º e que não estiverem sujeitas á confirmação do governador geral, bem como as deliberações tomadas no exercicio das attribuições tutelares declaradas no artigo 96.º não podem ser revogadas ou alteradas senão por meio de resolução contenciosa do conselho de provincia e sómente nos casos seguintes:

1.º Quando d'esses actos ou deliberações resultar offensa de direitos;

2.º Quando as deliberações forem nullas por algum dos motivos enumerados no artigo 38.º

**Art. 100.º** São competentes para recorrer das deliberações da junta nos casos de que trata o n.º 1.º do artigo an-

tecedente, as pessoas cujos direitos se reputam offendidos, e nos casos a que se refere o n.º 2.º o secretario do governo geral como representante do ministerio publico.

§ unico. Uma lei regulará o recurso contencioso das deliberações da junta que carecerem da confirmação do governador geral.

## CAPITULO VI

### Da fazenda e contabilidade provincial

#### SECÇÃO I

##### Da receita e despeza

Art. 101.º A receita especial da provincia é ordinaria e extraordinaria.

§ 1.º Constituem receita ordinaria :

- 1.º Os rendimentos dos bens proprios ;
- 2.º Os juros de creditos e fundos consolidados ;
- 3.º Os dividendos de acções de bancos e companhias ;
- 4.º O rendimento dos estabelecimentos provinciaes ;
- 5.º O producto dos impostos ;
- 6.º O producto de multas impostas nos regulamentos de policia provincial ou de outras quaesquer applicadas por lei ou decreto para o cofre da provincia ;
- 7.º As dividas activas ;
- 8.º Outros quaesquer rendimentos permanentes destinados por lei ou decreto a constituir receita provincial.

§ 2.º Constituem receita extraordinaria :

- 1.º As heranças, donativos, legados e doações ;
- 2.º O producto dos emprestimos ;
- 3.º O producto da alienação de bens ;
- 4.º Os subsidios consignados no orçamento geral da provincia para melhoramentos locais ;
- 5.º Outros quaesquer rendimentos incertos e eventuaes.

Art. 102.º Os impostos de que trata o n.º 5.º do § 1.º do artigo antecedente consistem :

- 1.º Nas quotas derramadas pelas camaras municipaes para as despezas especiaes da provincia ;
- 2.º N'uma percentagem addicional ás contribuições directas e geraes da provincia.

§ unico. Esta percentagem nunca poderá ser superior a 50 por cento do rendimento liquido de cada uma das contribuições sobre as quaes for estabelecida.

Art. 103.º Os addicionaes a que se refere o n.º 2.º do artigo antecedente serão cobrados cumulativamente com os impostos geraes da provincia que se arrecadarem na primeira epocha posterior áquella em que forem executorias as deliberações da junta em que tiverem sido votados, conforme for preceituado em regulamento.

§ unico. Quando as collectas totaes dos impostos accumulados forem por qualquer motivo incobreveis no todo ou em parte, as falhas da cobrança pesarão proporcionalmente nas contribuições geraes da provincia e nos respectivos addicionaes.

Art. 104.º As despezas da provincia são obrigatorias ou facultativas.

§ unico. São obrigatorias :

- 1.º As despezas dos estabelecimentos e institutos provinciaes ;
- 2.º As da viação provincial ;
- 3.º As dos vencimentos dos funcionarios e empregados pagos pelo cofre provincial ;
- 4.º As das aposentações ;
- 5.º As da instrucção publica nos termos das leis respectivas ;
- 6.º As da construcção e manutenção das cadeias provinciaes ;
- 7.º As dos expostos e creanças desvalidas e abandonadas ;
- 8.º As da amortisação de emprestimos e as resultantes da execução de contratos legalmente celebrados ;
- 9.º As do pagamento das dividas exigiveis ;
- 10.º As da sustentação dos presos pobres, que forem re-



residentes na provincia ao tempo da prisão, segundo for determinado pelos regulamentos;

11.º As do expediente da junta geral;

12.º As da publicação dos orçamentos e as da assignatura do *Boletim official* da provincia e da folha official do governo da metropole;

13.º Outras quaesquer que por lei ou decreto forem postas a cargo do orçamento provincial.

Art. 105.º São facultativas todas as despesas não enumeradas no artigo antecedente que forem de utilidade para a provincia e consequentes do exercicio de attribuições legais da junta geral.

## SECÇÃO II

### Do orçamento especial da provincia

Art. 106.º O orçamento especial da provincia comprehende o calculo da receita que se espera arrecadar, e a descripção das despesas que deverão fazer-se para occorrer ás necessidades da administração da mesma provincia.

Art. 107.º O orçamento é ordinario ou suplementar.

§ 1.º O orçamento ordinario é destinado a auctorisar a cobrança e applicação, durante um anno civil, de todos os rendimentos provinciaes.

§ 2.º O orçamento suplementar é destinado:

1.º A crear receita quando a votada no orçamento ordinario for insufficiente para occorrer ás despesas auctorisadas;

2.º A occorrer a despesas urgentes que não tenham sido contempladas no orçamento ordinario;

3.º A alterar a applicação da receita votada no orçamento ordinario.

Art. 108.º Os orçamentos tanto ordinarios como supplementares serão sempre organisados de forma que a despesa votada não seja excedente á receita regularmente calculada.

Art. 109.º O orçamento deverá conter: na parte da receita dois titulos, um que comprehende a ordinaria, e outro a extraordinaria, cada um d'elles subdividido em tantos artigos, quantas forem as diversas classes de despesa enumeradas no artigo 101.º, e, quanto ás facultativas, em tantos capitulos quantas forem as verbas destinadas aos diversos ramos de administração que forem contemplados no orçamento, devendo alem d'isso cada capitulo conter em artigos separados, quanto seja praticavel, a parte destinada ao pessoal e a destinada ao material, com a individuação necessaria para se apreciarem os diferentes elementos em que seja susceptivel de decompor-se a verba total.

§ unico. As verbas dos orçamentos supplementares devem ser descriptas sob a mesma numeração de titulos, capitulos e artigos com que no orçamento ordinario estão descriptas as verbas da mesma natureza.

Art. 110.º Os orçamentos são propostos pela commissão a que se refere o artigo 91.º § unico, discutidos e approvados pela junta; os ordinarios na primeira sessão de cada anno, e os supplementares em qualquer sessão ordinaria ou extraordinaria para esse fim convocada.

Art. 111.º As deliberações que carecerem, para se tornarem executorias, da confirmação do governador geral e que possam influir na receita ou na despesa, só deverão ser tomadas em consideração nos orçamentos votados depois de terem obtido a referida confirmação.

Art. 112.º Os orçamentos, logo que sejam executorios, serão, a expensas do cofre provincial, mandados publicar no *Boletim official* da provincia.

Art. 113.º Quando a junta deixe de votar os orçamentos necessarios ao regimen da provincia, ou quando n'elle deixe de incluir despesas obrigatorias, ou quando a receita devidamente calculada não for bastante para occorrer ás referidas despesas, o governador geral, ouvido o conselho do governo, deliberará para supprir aquellas omissões, mas dentro dos limites das attribuições conferidas por este codigo á junta geral.

Art. 114.º Quando, por qualquer motivo, o orçamento não se achar votado antes do começo do anno para que tem de reger, continuará em vigor o anterior orçamento, mas sómente quanto á receita e quanto ás despesas obrigatorias de execução annual e permanente.

### SECÇÃO III

#### Da contabilidade provincial

Art. 115.º A junta poderá nomear livremente o thesoureiro encarregado de receber e arrecadar os rendimentos da provincia e de pagar todas as despesas devidamente ordenadas.

§ unico. Este empregado vence a percentagem que lhe for arbitrada no orçamento.

Art. 116.º O thesoureiro prestará fiança idonea na importancia que for fixada pela junta.

§ unico. Os vogaes da junta são solidariamente responsaveis pela falta ou insufficiencia da fiança.

Art. 117.º O thesoureiro é obrigado a enviar semanalmente ao governador geral um balanço do respectivo cofre referido ao ultimo dia da semana finda.

Art. 118.º Nenhuma despesa poderá ser ordenada sem que esteja votada em orçamento regularmente organizado nos termos d'este codigo.

Art. 119.º O serviço financeiro da provincia executa-se em periodos de gerencia e de exercicio.

§ 1.º A gerencia abrange os actos financeiros realizados durante um anno civil.

§ 2.º O exercicio abrange o periodo de mais tres mezes alem do anno de gerencia.

§ 3.º Findo o exercicio caducam as auctorisações do orçamento, e ficam sem vigor as ordens de pagamento passadas e não pagas.

Art. 120.º Dentro do praso de sessenta dias, depois de findo o periodo do exercicio, será organizada e enviada ao conselho de provincia a conta do mesmo exercicio, na qual se descreva em columnas separadas a receita cobrada e a despesa effectuada, pela mesma ordem e pelos mesmos dizeres com que as respectivas verbas estiverem descriptas nos orçamentos.

§ unico. Em tudo mais que for relativo ao processo a seguir na apresentação das contas e documentos, com que estas devem ser instruidas, se observará o que for determinado nos regulamentos.

Art. 121.º As contas, antes de serem enviadas ao conselho de provincia, estarão patentes ao publico durante oito dias uteis, o que se fará constar por editaes e annuncios no *Boletim official* do governo, com a antecipação, pelo menos, de tres dias.

§ unico. Todos os cidadãos da provincia têm direito de apresentar reclamações e observações por escripto ácerca das contas, a fim de serem presentes com o respectivo processo ao tribunal do julgamento.

Art. 122.º O ministerio publico junto dos tribunaes de justiça é competente para, como parte principal, intentar as acções necessarias, a fim de fazer entrar no cofre da provincia as quantias em que os gerentes forem condemnados, ou porque, de qualquer fórma, sejam responsaveis para com a fazenda da provincia.

## CAPITULO VII

### Do conselho de provincia

#### SECÇÃO I

##### Organisação e reuniões

Art. 123.º O conselho de provincia é composto do governador geral presidente e de quatro vogaes nomeados pelo governo da metropole sobre lista triplico proposta pela junta geral.

Art. 124.º Haverá quatro substitutos nomeados pela mesma fórma que os vogaes effectivos.

Art. 125.º As funções do conselho de provincia são gratuitas e obrigatorias.

Art. 126.º Os vogaes do conselho servem por quatro annos, findos os quaes podem ser reconduzidos.

Art. 127.º O conselho pôde ser dissolvido pelo governo da metropole sob proposta do governador geral, ouvido o conselho do governo.

Art. 128.º O cargo de vogal do conselho é incompativel com qualquer cargo administrativo de eleição.

Art. 129.º Junto do conselho exercerá as funções de ministerio publico o secretario do governo geral.

Art. 130.º O secretario do conselho é o official da secretaria que o governador geral designar.

Art. 131.º O conselho terá uma sessão ordinaria por semana e as extraordinarias que o serviço publico exigir.

## SECÇÃO II

### Competencia e attribuições

Art. 132.º As attribuições do conselho de provincia são consultivas e contenciosas.

Art. 133.º Como corpo consultivo incumbe ao conselho de provincia emitir o seu parecer em todos os assumptos sobre que as leis exijam o seu voto, ou em que for consultado pelo governador geral.

Art. 134.º No exercicio das suas attribuições contenciosas compete ao conselho de provincia julgar:

1.º Sobre as reclamações contra as deliberações dos corpos administrativos por motivo de nullidade;

2.º Sobre as reclamações contra os actos dos administradores dos concelhos por incompetencia, excesso de poder, violação de lei ou offensa de direitos, sem prejuizo da competencia do governador geral para a emenda dos actos arguidos;

3.º Sobre as reclamações relativas ás eleições dos corpos administrativos;

4.º Sobre as exclusões das funções dos corpos administrativos e perda dos logares dos seus vogaes pelas causas de incompatibilidade designadas n'esta lei;

5.º Sobre a verificação das faltas de eleição dos corpos administrativos e procedimento d'ellas consequentes, nos termos d'este codigo;

6.º Sobre as escusas dos eleitos para os corpos administrativos;

7.º Sobre as reclamações relativas á constituição das assembleas eleitoraes para as eleições dos corpos administrativos, quando lhe pertença o julgamento da validade da eleição;

8.º Sobre as reclamações relativas ás eleições das irmandades, confrarias e outras associações de piedade ou beneficencia, á admissão ou exclusão dos irmãos ou associados, e aos actos das respectivas mesas ou direcções, que envolvam violação de lei dos seus compromissos ou estatutos ou offensa de direitos;

9.º Sobre as reclamações dos socios dos monte pios e associações de soccorros mutuos, contra os actos das respectivas direcções por denegação dos soccorros ou subsidios auctorisados pelos estatutos;

10.º As questões que sobre o sentido e execução das clausulas dos contratos se suscitarem entre a administração da provincia, municipio ou parochia e os empreheedores ou arrematantes de rendas, obras ou fornecimentos;

11.º As questões sobre servidões, distribuições de aguas e uso dos bens e fructos do logradouro commum, dos habitantes dos concelhos ou das parochias;

12.º As contas de gerencia dos corpos administrativos, irmandades, confrarias, associações e estabelecimentos de piedade ou beneficencia;

13.º Finalmente, outras quaesquer questões ou negocios de natureza contenciosa, que as leis especiaes lhe commetterem.

§ unico. Não é permittido ao conselho julgar, principal ou incidentemente, questões sobre titulos de propriedade ou de posse, ou outras quaesquer relativas ao exercicio dos direitos civis.

**Art. 135.º** Ao presidente do conselho compete:

1.º Dirigir os trabalhos do conselho, regular e manter a ordem das discussões;

2.º Assignar as ordens do conselho e a correspondencia com as auctoridades e repartições publicas;

3.º Distribuir pelos membros do conselho, com igualdade, os processos instaurados perante o mesmo conselho.

**Art. 136.º** Ao secretario do conselho incumbe:

1.º Lavrar as actas das sessões do conselho;

2.º Lavrar os termos dos processos com excepção dos accordãos, que serão exarados pelos relatores;

3.º Apresentar ao secretario do governo geral a resenha dos trabalhos necessarios ao expediente do conselho, para serem executados conforme for compativel com o desempenho dos demais trabalhos a cargo da secretaria.

**Art. 137.º** Ao secretario do governo geral, como agente do ministerio publico, incumbe:

1.º Assistir ás sessões do conselho, podendo tomar parte na discussão de todos os assumptos, em que pedir para ser ouvido;

2.º Reclamar perante o conselho contra os actos e deliberações dos corpos administrativos que envolvam nullidade;

3.º Reclamar perante o conselho contra os actos das administrações das irmandades e associações de piedade e beneficencia, que envolvam offensa de lei ou dos seus compromissos ou estatutos;

4.º Reclamar perante o conselho contra os actos eleitoraes dos corpos administrativos e dos juizes electivos;

5.º Reclamar perante o conselho as exclusões das funcções dos corpos administrativos e a declaração das vacaturas resultantes da perda dos logares;

6.º Responder em todos os processos da competencia do conselho, em que não seja parte, e n'elles promover o que for a bem do cumprimento das leis;

7.º Recorrer para os tribunaes superiores dos julgamentos do conselho, que lhe pareçam contrarios ás leis;

8.º Recorrer para os tribunaes superiores dos actos de quaesquer tribunaes ou estações administrativas, cuja jurisdição comprehenda a area da provincia, podendo assistir ás suas sessões.

### SECÇÃO III

#### Do processo e julgamento

**Art. 138.º** Os membros do conselho de provincia são impedidos de julgar, e podem ser dados de suspeitos, pelos motivos por que o são, e podem ser, os juizes dos tribunaes ordinarios.

**Art. 139.º** Ao modo de declarar os impedimentos, de oppor e julgar as suspeições, são applicaveis as disposições do codigo do processo civil relativas aos impedimentos e suspeições dos juizes de segunda instancia.

**Art. 140.º** A suspeição é considerada como impedimento para o effeito da substituição.

**Art. 141.º** As sessões são publicas; as resoluções, porém, são tomadas em conferencia particular, escriptas e publicadas até á sessão immediata.

**Art. 142.º** Os litigantes perante o conselho podem ser representados nos processos por advogados de sua escolha e a estes são permittidas as allegações oraes nas sessões de julgamento.

**Art. 143.º** O conselho não póde recusar-se a julgar com fundamento na falta de lei, de obscuridade ou omissão d'ella.

**Art. 144.º** As reclamações para o conselho de provincia não impedem a execução dos actos ou deliberações contra quem são feitas; mas o conselho póde, por accordão interlocutorio, suspender essa execução quando as partes o requeiram e a execução póssa trazer damno irreparavel ou de difficil reparação.

**Art. 145.º** Os accordãos do conselho que julgarem definitivamente devem conter o objecto do litigio, os nomes e qualidades das partes, o extracto das suas allegações e as razões de decidir.

Art. 146.º As resoluções do conselho serão intimadas ás partes pelos officiaes de diligencias das administrações dos concelhos.

Art. 147.º Os julgamentos do conselho de provincia em assumptos contenciosos, com transito em julgado, têm força de sentença com execução aparelhada.

Art. 148.º Uma lei regulará os recursos das decisões do conselho para os tribunaes superiores.

## TITULO V

### Da administração dos districtos

#### CAPITULO I

##### Do governador do districto

Art. 149.º Em cada districto ha um governador subalterno, excepto na capital da provincia.

Art. 150.º O governador de districto é nomeado pelo governo da metropole, devendo sempre a nomeação recair em individuo com pratica de administração militar ou civil.

Art. 151.º O governador de districto presta juramento nas mãos do governador geral.

Art. 152.º Nas faltas e impedimentos o governador de districto é substituido pelo official de primeira linha mais graduado que estiver na séde do districto.

Art. 153.º O governador de districto é em tudo sujeito á auctoridade do governador geral, e é o chefe civil e militar da circumscripção districtal.

Art. 154.º O governador de districto não tem ajudante de ordens; mas pôde, sendo militar, escolher algum official que esteja ás suas ordens, sem que perceba por este serviço gratificação ou outro qualquer vencimento alem do da sua patente.

Art. 155.º Compete ao governador de districto:

- 1.º Executar as ordens do governador geral;
- 2.º Exercer as attribuições que lhe forem delegadas pelo mesmo magistrado;
- 3.º Fiscalisar a acção dos funcionarios e corpos administrativos do districto;
- 4.º Informar com o seu parecer todos os assumptos que por seu intermedio forem levados ao conhecimento do governador geral;
- 5.º Propor os administradores de concelho;
- 6.º Suspendel-os por motivo justificado e com audiencia d'elles;
- 7.º Visitar annualmente o districto, dando conta ao governador geral das necessidades de cada concelho e dos melhoramentos de que é susceptivel.

Art. 156.º As auctoridades e corpos administrativos do districto só podem corresponder-se com o governador geral por intervenção do governador de districto.

Art. 157.º O governador de districto é tambem administrador do concelho, séde do districto, e n'esta qualidade competem-lhe, dentro da respectiva circumscripção, todas as attribuições conferidas por este codigo aos administradores de concelho.

#### CAPITULO II

##### Dos empregados da secretaria do districto

Art. 158.º O expediente do districto corre pela secretaria da administração do concelho, devendo o numero de amanuenses e officiaes de diligencias ser fixado em harmonia com as necessidades do serviço.

Art. 159.º Alem dos empregados de administração do concelho, haverá junto ao governador do districto um secretario, um interprete e um porteiro, nomeados pelo governador geral e retribuidos pelo orçamento geral da provincia.

## TITULO VI

### Da administração dos concelhos

#### CAPITULO I

##### Do administrador do concelho

Art. 160.º O administrador do concelho é nomeado por portaria do governador geral, sob proposta do governador do districto, e presta juramento nas mãos d'este magistrado.

Art. 161.º Para ser administrador do concelho é necessario ter um curso de instrucção superior ou secundaria.

Art. 162.º Na falta de pessoas habilitadas nos termos do artigo antecedente, póde a nomeação recair em individuo que seja reputado idoneo.

Art. 163.º O administrador do concelho vence ordenado pago pela camara municipal, e perceberá os emolumentos que legalmente lhe competirem.

Art. 164.º O administrador do concelho póde ser suspenso pelo governador do districto, mas não póde ser demittido senão pelo governador geral, nos termos do artigo 48.º n.º 14.º

Art. 165.º O administrador do concelho terá um substituto, que fará as suas vezes nos casos de ausencia, falta ou impedimento.

§ unico. São applicaveis aos substitutos as disposições dos artigos 160.º, 161.º e 162.º

Art. 166.º No caso de ausencia ou impedimento do administrador do concelho e do seu substituto, e enquanto o governador geral não nomear quem interinamente o substitua, faz as suas vezes o presidente da camara.

§ unico. O presidente, enquanto substitue o administrador, não póde exercer funções de vereador.

Art. 167.º O administrador do concelho é encarregado, sob a auctoridade e inspecção do governador do districto, da execução immediata das leis e regulamentos da administração publica.

Art. 168.º Ao administrador do concelho compete:

1.º Vigiar pela execução de todos os serviços e de todas as leis e regulamentos de administração publica, que são desempenhados e executados na area da circumscripção do concelho;

2.º Superintender á administração das irmandades, misericordias, confrarias, hospitaes e quaesquer outros institutos de piedade e de beneficencia, dando conta ao governador geral de todas as irregularidades que encontrar, e das providencias que convier adoptar para melhorar os ditos estabelecimentos;

3.º Superintender, nos termos das leis especiaes, ás escolas e estabelecimentos de instrucção e educação;

4.º Fiscalisar o modo por que são cumpridos os regulamentos ácerca da administração dos expostos;

5.º Transmittir ao governador geral, logo que as receba, as notas das deliberações tomadas pelas camaras municipais;

6.º Dar conta ao governador geral das deliberações e actos das juntas de parochia offensivos das leis;

7.º Prestar á camara municipal, ao seu presidente e a todas as auctoridades publicas, o auxilio de que carecerem para o desempenho dos seus deveres officiaes.

Art. 169.º É da competencia do administrador do concelho como auctoridade policial:

1.º A execução das leis e regulamentos de policia geral;

2.º A concessão de bilhetes de residencia;

3.º A vigilancia pela segurança das cadeias e sustentação dos presos;

4.º A concessão de licenças policiaes que por disposição legal não competir a outra auctoridade;

5.º A policia relativa ás casas publicas de jogo, hospedarias, estalagens e semelhantes;

6.º A concessão de licenças para uso e porte de armas e a policia respectiva;

7.º A policia relativa ás mulheres prostitutas;

8.º A policia sobre mendigos, vadios e vagabundos;

9.º A policia sanitaria, nos termos dos regulamentos;

10.º A manutenção da boa ordem nos templos e em todas as solemnidades religiosas;

11.º A policia das festas e divertimentos publicos;

12.º A concessão de licenças para theatros e quaesquer espectaculos publicos fóra da capital da provincia e a policia respectiva;

13.º As providencias para impedir a divagação de pessoas alienadas e de animaes malfazejos;

14.º A policia rural;

15.º As providencias necessarias nos casos de incendio, inundações, naufragios e semelhantes, e promover a distribuição de soccorros no caso de calamidade publica;

16.º A protecção da liberdade, propriedade e segurança dos habitantes do concelho;

17.º A execução das providencias de segurança publica;

18.º A adopção das medidas de prevenção e repressão contra quaesquer actos contrarios á ordem e tranquillidade publica, requisitando a força armada que julgar necessaria;

19.º As licenças aos estabelecimentos insalubres, incommodos ou perigosos, nos termos dos regulamentos;

20.º A fiscalisação sobre pesos e medidas;

21.º Vigiar pela execução das posturas e regulamentos de policia municipal;

22.º A formação de autos de investigação de todos os crimes que chegarem ao seu conhecimento e remettel-os, com informação sua, ao ministerio publico;

23.º Participar ao ministerio publico as contravenções de que tiver noticia;

24.º Capturar ou mandar capturar os culpados, nos casos em que se não exige a prévia formação de culpa, pondo-os immediatamente á disposição do juiz competente;

25.º Prestar auxilio aos empregados fiscaes e de justiça quando lh'o requisitarem;

26.º Dar buscas e proceder a apprehensões, guardadas as formalidades prescriptas para estes actos ás auctoridades judiciais.

Art. 170.º No concelho, séde da provincia, a concessão de bilhetes de residencia, licença para uso e porte de armas, para hospedarias e estalagens, para jogos e semelhantes, pertence ao governador geral.

Art. 171.º Compete ao administrador do concelho:

1.º Abrir e registar os testamentos nos termos do codigo civil;

2.º Receber as escusas dos testamenteiros nos termos do mesmo codigo;

3.º Tomar conta dos legados destinados a alguma fundação ou applicação pia ou de utilidade publica;

4.º Fazer o registo civil.

Art. 172.º É das attribuições do administrador do concelho:

1.º Suspende e demittir, com a approvação do governador geral, os empregados de sua nomeação;

2.º Suspende os outros empregados administrativos, que lhe estiverem subordinados, dando conta ao governador geral;

3.º Tomar juramento aos empregados publicos do concelho, quando a lei não designe auctoridade competente para o deferir;

4.º Conceder licença aos empregados administrativos seus subordinados;

5.º Delegar nos seus subalternos, com auctorisação do governador geral, algumas das suas attribuições, quando as necessidades do serviço assim o exigirem;

6.º Prestar á camara municipal e ao seu presidente a coadjuvação que lhe for requisitada para execução das deliberações legaes da mesma camara;

7.º Promover o cumprimento de todas as obrigações da camara municipal e das juntas de parochia, interpondo os recursos competentes nos casos designados no artigo 30.º

Art. 173.º O administrador do concelho exerce, na execução dos serviços de interesse geral da provincia, as funções que lhe estão determinadas nas leis e regulamentos especiaes.

Art. 174.º O administrador do concelho é juiz nos processos de execução administrativa nos termos dos regulamentos respectivos.

Art. 175.º Nos casos omissos e urgentes o administrador do concelho é auctorizado a dar as providencias que as circumstancias exigirem, dando immediatamente conta ao governador geral.

## CAPITULO II

### Dos empregados da administração do concelho

Art. 176.º O administrador do concelho tem um escrivão por elle proposto e nomeado pelo governador geral.

Art. 177.º O escrivão da administração do concelho só pôde ser demittido pelo governador geral, depois de previamente ouvido, por desleixo, erro de officio ou mau procedimento.

§ unico. O escrivão da administração pôde ser transferido para outro concelho.

Art. 178.º O escrivão da administração é substituido nos seus impedimentos temporarios pelo empregado da mesma administração, que o administrador nomear, ou por pessoa estranha não havendo empregado da secretaria habilitado para as funções.

§ unico. As nomeações interinas carecem de confirmação do governador geral, se houverem de ter effeito por mais de sessenta dias.

Art. 179.º Incumbe ao escrivão da administração do concelho:

1.º Certificar e authenticar todos os documentos e actos officiaes da administração;

2.º Preparar o expediente e as informações necessarias para as resoluções do administrador;

3.º Lavrar todos os autos e termos presididos pelo administrador;

4.º Conservar sob sua guarda e responsabilidade, na casa da administração do concelho, o archivo da mesma administração;

5.º Dirigir os trabalhos da secretaria na conformidade das ordens do administrador.

Art. 180.º O escrivão da administração tem o ordenado que lhe for votado no orçamento municipal, e os emolumentos que lhe competirem pelas respectivas tabellas.

Art. 181.º Haverá os amanuenses necessarios para a execução e prompto expediente dos serviços incumbidos á administração do concelho, os quaes terão os ordenados votados no orçamento municipal.

§ unico. O numero de amanuenses é fixado pelo governador geral sob proposta do administrador do concelho, e ouvida a camara municipal.

Art. 182.º Haverá igualmente os officiaes de diligencias necessarios para o serviço da administração, os quaes terão os ordenados votados no orçamento municipal.

§ unico. É applicavel a estes empregados o disposto no § unico do artigo antecedente.

Art. 183.º Os amanuenses e officiaes de diligencias são nomeados pelo administrador do concelho, e tanto elles como o escrivão prestam juramento nas mãos d'aquelle magistrado.

Art. 184.º Os officiaes de diligencias são obrigados a cumprir as ordens do administrador do concelho no desempenho das suas attribuições, e são competentes para accusar as transgressões das posturas e regulamentos policiaes, mas não podem ser condemnados em custas quando decáiam da accusação.



## CAPITULO III

### Das camaras municipaes

#### SECÇÃO I

Disposições especiaes sobre organização, reuniões e deliberações

Art. 185.º A camara municipal é composta de vereadores em numero não superior a nove nem inferior a cinco.

Art. 186.º Os vereadores eleitos tomam posse no dia 2 do mez de janeiro immediato á eleição.

§ unico. Se a eleição tiver sido extraordinaria, ou ordinaria, mas effectuada depois do referido dia, a posse será tomada immediatamente ao apuramento.

Art. 187.º A camara municipal tem uma sessão ordinaria por semana, e as extraordinarias que o bem do serviço exigir.

Art. 188.º O administrador do concelho tem entrada e voto consultivo em todas as sessões da camara, toma assento ao lado esquerdo, junto ao presidente, e será ouvido quando o requerer.

#### SECÇÃO II

##### Atribuições

Art. 189.º A camara municipal pertencem attribuições:

1.º Como administradora e promotora dos interesses municipaes;

2.º Como auctoridade policial do concelho;

3.º Como auctoridade tutelar da administração parochial;

4.º Como auxiliar da execução de serviços de interesse geral da provincia e da nação.

Art. 190.º Como administradora e promotora dos interesses municipaes, compete á camara:

1.º Administrar todos os bens e estabelecimentos do concelho, e dar-lhes a applicação a que são destinados;

2.º Applical-os a usos diversos d'aquelles a que são destinados;

3.º Deliberar sobre a acceitação de heranças, legados e doações feitas ao concelho ou a estabelecimentos municipaes;

4.º Deliberar sobre a aquisição dos bens necessarios ao desempenho dos serviços do concelho ou a estabelecimentos municipaes;

5.º Criar institutos de utilidade para o concelho;

6.º Subsidiar estabelecimentos de beneficencia, educação e instrucção, que não estejam a cargo da sua administração, mas que sejam de utilidade do concelho;

7.º Mandar, na conformidade das leis especiaes, abrir, construir, reparar e conservar as ruas e estradas do concelho;

8.º Criar partidos para facultativos, boticarios, parteiras e veterinarios, e bem assim os empregos necessarios ao desempenho dos serviços da administração municipal e interesse do concelho, arbitrando-lhes a correspondente remuneração e extinguindo-os quando se tornem desnecessarios;

9.º Nomear os empregados da administração municipal, cujos vencimentos estejam a cargo do respectivo cofre, suspendel-os e demittil-os, depois de ouvidos, quando pratiquem faltas graves, ou se tornem indignos de exercer as suas funcções;

10.º Nomear os professores de instrucção primaria, cujos vencimentos, ou a maior parte d'elles, estejam a cargo do cofre municipal, suspendel-os e demittil-os depois de ouvidos, quando pratiquem faltas graves ou se tornem indignos de exercer os seus logares, tudo na conformidade das leis especiaes;

11.º Deliberar ácerca dos pleitos a intentar e a defender por parte do concelho e das transacções sobre elles;

12.º Contrahir empréstimos para a realisação de melhoramentos municipaes, estabelecendo-lhes a dotação e estipulando as condições da sua amortisação;

13.º Contratar com empresas individuaes ou collectivas a execução de quaesquer obras, serviços ou fornecimentos do interesse do concelho;

14.º Mandar proceder á construcção, conservação e reparação das fontes, pontes e aqueductos do concelho;

15.º Regular o modo de fruição e exploração dos bens, pastos e fructos do logradouro commum dos povos do concelho, ou pertencentes a mais de uma freguezia, podendo estabelecer pelo seu uso taxas em beneficio do cofre municipal;

16.º Deliberar sobre a conveniencia de serem expropriadas por utilidade publica as propriedades necessarias aos melhoramentos do concelho;

17.º Lançar nos termos d'este codigo contribuições directas e indirectas para occorrer ás despesas do concelho;

18.º Lançar taxas pelas licenças policiaes;

19.º Fazer os regulamentos para a cobrança e arrecadação das contribuições municipaes;

20.º Deliberar sobre a aposentação dos empregados municipaes;

21.º Conceder pensões aos bombeiros, que se impossibilitarem de trabalhar por desastre soffrido no serviço dos incendios, devendo cessar a pensão, quando cesse a impossibilidade;

22.º Administrar os celleiros communs;

23.º Deliberar sobre o estabelecimento, duração, supressão ou mudança de feiras e mercados;

24.º Organisar serviços ordinarios ou extraordinarios para a extincção dos incendios, e para prevenir ou attenuar os males resultantes de quaesquer calamidades publicas;

25.º Celebrar accordos com outras camaras municipaes para a realisação de melhoramentos de utilidade commum dos respectivos concelhos;

26.º Fixar a dotação de todos os serviços municipaes;

27.º Organisar os orçamentos da receita e despesa do municipio;

28.º Estabelecer cemiterios municipaes, tendo em vista os regulamentos sanitarios;

29.º Determinar a denominação das ruas e logares publicos e a numeração dos predios;

30.º Deliberar sobre concessões de licenças para o estabelecimento de linhas americanas em estradas ou terrenos do municipio;

31.º Conceder licenças até trinta dias aos empregados seus subordinados.

Art. 191.º Como auctoridade policial do concelho compete á camara fazer posturas:

1.º Para a policia dos caes e das aguas não navegaveis nem fluctuaveis, das estradas, dos campos, da caça e da pesca nas aguas concelhias e particulares;

2.º Para o regimen e policia das aguas communs municipaes;

3.º Para a policia dos vendilhões e adellos, ou sejam ambulantes ou tenham logares fixos;

4.º Para a limpeza das chaminés e fornos, e o serviço para a extincção dos incendios, e contra inundações;

5.º Para impedir a divagação pelas ruas de animais nocivos;

6.º Para impedir que nas janellas, telhados, varandas se colloquem objectos que ponham em risco a segurança dos cidadãos;

7.º Para regular nos termos das leis respectivas o prospecto e alinhamento dos edificios dentro das povoações;

8.º Para ordenar a demolição dos edificios arruinados, que pozerem em risco a segurança dos individuos ou das propriedades, precedendo vistoria e as mais formalidades requeridas pela legislação respectiva;

9.º Para prover á conservação e limpeza das ruas, praças, caes, boqueirões, canos e despejos publicos;

10.º Para regular a policia das feiras e mercados;

E em geral sobre todos os objectos de policia tanto urbana como rural.

Art. 192.º Pertence á camara como auctoridade tutelar da administração parochial:

1.º Approvar as deliberações das juntas de parochia nos casos determinados n'este codigo;

2.º Nomear para os cargos parochiaes quando a eleição não der resultado.

Art. 193.º Compete á camara, como auxiliar da execução de serviços de interesse geral da provincia, desempenhar a este respeito as funcções que lhe forem commettidas pelas leis e pelos regulamentos geraes e provinciaes; e bem assim emittir voto consultivo em todos os assumptos de interesse publico, sobre que for consultada pela auctoridade administrativa ou pela junta geral.

Art. 194.º Não são executorias, sem prévia approvação do governador geral, as deliberações das camaras municipaes tomadas:

1.º Sobre a applicação de bens e estabelecimentos municipaes a usos diversos d'aquelles a que são destinados;

2.º Sobre os empréstimos, cujos juros e amortisação, sós de per si, ou juntos aos encargos de empréstimos já contrahidos, absorvam a decima parte da receita auctorizada no orçamento do anno respectivo;

3.º Sobre a suppressão de empregos e de estabelecimentos municipaes;

4.º Sobre o lançamento de contribuições;

5.º Sobre os orçamentos ordinarios ou supplementares;

6.º Sobre a aposentação de empregados;

7.º Sobre as posturas e regulamentos de execução permanente;

8.º Sobre a aquisição e alienação dos bens immobiliares e transacções sobre pleitos;

9.º Sobre demissão de empregados e suspensão por mais de trinta dias;

10.º Sobre contratos para fornecimentos e execução de obras, quando a despesa annual resultante d'esses contratos, só de per si, ou junta á despesa annual com outros contratos semelhantes, absorver a decima parte da receita ordinaria da camara;

11.º Sobre as concessões para o assentamento de linhas americanas.

Art. 195.º Não são executorias sem a confirmação da junta geral as deliberações das camaras municipaes:

1.º Sobre o estabelecimento, suppressão, duração ou mudança de feiras e mercados periodicos;

2.º Sobre os accordos celebrados com outras camaras municipaes para interesse commum.

Art. 196.º Todas as demais deliberações das camaras municipaes são executorias independentemente da approvação de qualquer outro corpo administrativo ou auctoridade.

Art. 197.º As deliberações das camaras municipaes que não estiverem sujeitas á approvação do governador geral podem ser alteradas ou revogadas por meio de recurso contencioso para o conselho de provincia, sempre que resulte d'ellas offensa de direitos ou alguma das nullidades enumeradas no artigo 38.º

§ unico. São competentes para promover a revogação as partes interessadas e o administrador do concelho.

Art. 198.º Uma lei regulará o recurso das deliberações das camaras que carecerem da approvação do governador geral.

Art. 199.º A execução das deliberações da camara compete ao seu presidente, com sujeição á auctoridade da mesma camara, e sem prejuizo da responsabilidade solidaria dos vereadores.

Art. 200.º O presidente da camara é especialmente encarregado, nos termos do artigo antecedente:

1.º Da publicação das posturas e regulamentos municipaes, e de quaesquer outras resoluções e avisos;

2.º Da policia municipal, na conformidade das leis, regulamentos e posturas;

3.º Da proposta do orçamento municipal;

4.º Do ordenamento das despesas, na conformidade do orçamento;

5.º Da inspecção sobre a contabilidade municipal;

- 6.º Da conservação e administração das propriedades do concelho;
- 7.º De effectuar todos os actos de aquisição, alienação, transacção, arrendamento, arrematação e semelhantes, para os quaes se ache devidamente auctorisado pela camara, e de assignar as competentes escripturas e obrigações;
- 8.º De representar o concelho em juizo, ou seja como auctor ou como réu;
- 9.º Da inspecção de todos os estabelecimentos municipaes;
- 10.º De corresponder-se com as auctoridades a quem a camara tiver de dirigir-se, e regular os trabalhos da secretaria;
- 11.º De vigiar no modo por que os diversos empregados municipaes desempenham as suas obrigações;
- 12.º De todo o expediente necessario para a regularidade dos trabalhos da camara municipal, e para a execução das resoluções legaes da mesma camara, á qual deve dar conta dos actos da sua gerencia.
- Art. 201.º É permitido á camara dividir os trabalhos da vereação pelos respectivos vereadores, tendo em vista os differentes ramos de serviço ou pelouros, para que cada um d'elles tiver mais aptidão.
- § unico. Esta divisão, porém, não póde prejudicar nem as attribuições deliberativas da camara, nem as executivas do seu presidente.

## CAPITULO IV

### Da fazenda municipal

#### SECÇÃO I

##### Da receita municipal

Art. 202.º As receitas da camara municipal são ordinarias ou extraordinarias.

Constituem as receitas ordinarias:

- 1.º Os rendimentos dos bens proprios municipaes;
- 2.º Os juros de creditos e de fundos consolidados pertencentes ao municipio;
- 3.º Os dividendos de acções de que o municipio for possuidor;
- 4.º O producto ou rendimento dos estabelecimentos municipaes;
- 5.º As contribuições municipaes;
- 6.º O producto de multas e outras condemnações que revertam em proveito do municipio;
- 7.º As taxas policiaes pelas licenças que a camara conceder;
- 8.º As taxas do serviço dos cemiterios municipaes e o preço da concessão dos terrenos para sepulturas nos mesmos cemiterios;
- 9.º O producto do aluguer dos terrenos do uso publico municipal para estabelecimentos temporarios de commercio ou quaesquer outros;
- 10.º O rendimento das taxas estabelecidas pela aferição dos pesos e medidas;
- 11.º Quaesquer outros rendimentos applicados por leis especiaes em beneficio dos municipios.

Art. 203.º Constituem as receitas extraordinarias:

- 1.º As heranças, os legados e as doações;
- 2.º Os empréstimos;
- 3.º O producto da alienação de bens;
- 4.º O producto de qualquer outra receita accidental.

Art. 204.º As contribuições municipaes serão lançadas na conformidade das disposições seguintes.

Art. 205.º As contribuições municipaes directas podem ser lançadas em dinheiro de contado, em serviço das pessoas e bens ou em todas estas especies.

Art. 206.º As contribuições municipaes directas consistirão n'uma percentagem adicional ás contribuições directas e geraes da provincia.

§ unico. A quota lançada sobre os rendimentos isentos

das contribuições mencionadas n'este artigo será proporcionada á quota dos que lhe estão sujeitos.

Art. 207.º Os jornaleiros que não pagam quota alguma de contribuições só podem ser collectados pelas contribuições directas até dois dias de trabalho, ou no dinheiro correspondente calculado pelo termo medio dos jornaes no concelho.

Art. 208.º O imposto da prestação de trabalho comprehende o serviço de pessoas e cousas, até cinco dias em cada anno.

§ 1.º São obrigados a este imposto todos os chefes de familia residentes ou proprietarios no concelho:

1.º Por si e por cada um dos membros da sua familia ou domesticos, de dezoito a sessenta annos de idade completos, que residirem no concelho e forem varões validos;

2.º Por todos os carros, carretas, carruagens, animaes de carga, de tiro e de sella, que empregarem habitualmente no concelho, no serviço da sua familia ou industria.

§ 2.º O individuo que for trabalhar com carro, carreta ou animaes não é obrigado a outro serviço pessoal.

§ 3.º Os indigentes não são obrigados a este imposto.

§ 4.º A prestação de trabalho não é devida a distancia superior a 10 kilometros da residencia do contribuinte.

§ 5.º A prestação de trabalho póde ser satisfeita pelo proprio contribuinte, por outrem em seu logar, ou remida a dinheiro pelo preço das tarifas que a camara deve estabelecer annualmente.

§ 6.º O imposto lançado e exigido dentro do anno respectivo, mas não satisfeito no praso marcado para a sua prestação, é remido a dinheiro pelo preço da tarifa, e será cobrado executivamente pelo processo estabelecido para a cobrança dos impostos directos da provincia; porém em caso nenhum póde ser exigido fóra do anno para que foi auctorisado.

§ 7.º A fórma do lançamento, reclamações e recursos dos interessados será determinada pelos regulamentos.

Art. 209.º As camaras podem lançar impostos sobre os vehiculos dos seus concelhos.

Art. 210.º Podem as camaras municipaes estabelecer um direito de caça que será cobrado por meio da concessão annual da licença de caçar nos terrenos municipaes, ou nos terrenos particulares alheios, onde o exercicio do direito de caçar é permittido a qualquer.

Art. 211.º Nos concelhos onde póde exercer-se a industria da pesca em aguas communs municipaes, poderão as camaras estabelecer um direito de pesca cobrado por meio da concessão annual da licença de pescar nas ditas aguas.

Art. 212.º Podem tambem as mesmas municipalidades lançar impostos sobre cães e bestas de serviço que não se acharem tributadas no lançamento das contribuições geraes da provincia, ou que não forem legalmente isentas de serviço.

Art. 213.º O rol da contribuição municipal de repartição, depois de approvado pela camara; será publicado por editaes e estará patente por quinze dias na casa da camara a todos os contribuintes do concelho.

§ unico. Nos oito dias immediatos a camara julga as reclamações que se apresentarem contra o rol, salvo o recurso para o conselho de provincia.

Art. 214.º As contribuições municipaes indirectas consistirão em uns tantos réis lançados sobre o valor dos generos expostos á venda para consumo no concelho.

§ 1.º Nos generos expostos á venda ao publico, o imposto será devido de todas as quantidades vendidas por grosso ou a retalho.

§ 2.º São permittidas as avenças sobre os impostos devidos pelos generos expostos á venda.

Art. 215.º O imposto do consumo não é exigivel:

1.º Dos generos em transitio;

2.º Dos generos exportados do concelho;

3.º Dos generos vendidos para revenda.

Art. 216.º É applicavel á cobrança das contribuições

municipaes a que se refere o artigo 206.º a disposição do artigo 103.º

§ 1.º Todas as outras contribuições e rendimentos serão arrecadados, sendo possível, da mesma forma e com as mesmas formalidades prescriptas para a arrecadação dos rendimentos e contribuições da provincia, e sujeitos á mesma competencia judicial, conforme foi preceituado no regulamento.

§ 2.º As camaras municipaes gosam dos privilegios que pelos artigos 885.º e 887.º do código civil pertencem á fazenda publica, mas sem prejuizo d'esta.

## SECÇÃO II

### Da despesa municipal

Art. 217.º As despesas da camara municipal são obrigatorias ou facultativas; são obrigatorias:

1.º As despesas com os paços do concelho, tribunaes e outras repartições publicas, cujas attribuições ou jurisdição são circumscriptas pela area do municipio;

2.º Os ordenados e vencimentos dos empregados e em geral as despesas com o serviço municipal;

3.º A assignatura do *Boletim official* da provincia e da folha official do governo da metropole.

4.º A despesa do recenseamento da população;

5.º A despesa dos registos que estiverem a cargo do municipio;

6.º A despesa da policia e segurança publica do concelho;

7.º A retribuição dos partidos municipaes, a dos funcionarios e empregados administrativos e o pagamento das despesas do serviço administrativo;

8.º As despesas com a instrucção primaria, com os hospicios de creanças abandonadas e com quaesquer outros estabelecimentos de beneficencia a cargo do municipio, tudo na conformidade das leis respectivas;

9.º Os vencimentos de aposentação dos funcionarios da camara e da administração do concelho, que forem pagos pelo cofre do municipio nos termos d'este código;

10.º As despesas de reparação e conservação de propriedades municipaes;

11.º As despesas com o alinhamento das ruas e praças;

12.º As despesas com a illuminação das povoações do concelho, quando essa despesa tiver sido incluída, durante tres annos successivos, nos orçamentos legalmente approvados;

13.º As despesas de serviço da extincção dos incendios;

14.º As despesas da construcção, conservação e reparação das estradas municipaes, nos termos das leis respectivas;

15.º As despesas com livros, papel, urnas, cofres e com quaesquer outros objectos relativos ao expediente do recenseamento e ao das eleições;

16.º As despesas com os livros e expediente do registro civil;

17.º O pagamento de dividas exigiveis;

18.º As despesas para a construcção e conservação dos cemiterios municipaes;

19.º As quotas arbitradas pela junta geral para a despesa da provincia;

20.º Os impostos a que estiverem sujeitas as propriedades e rendimentos municipaes;

21.º As despesas feitas com os litigios da camara;

22.º As despesas feitas com os diversos estabelecimentos administrados pela camara e a cargo d'ella;

23.º As despesas que resultarem de contratos devidamente auctorisados;

24.º As despesas com a aposentadoria e residencia dos juizes, agentes do ministerio publico e officiaes de justiça que os acompanharem por occasião de qualquer diligencia de serviço publico;

25.º As despesas do custeamento e expediente da administração do concelho, quando os seus emolumentos não forem sufficientes;

26.º As despesas com a casa e mobília para a secretaria da administração do concelho, quando nos paços d'elle não houver accomodação conveniente;

27.º As despesas com as prisões, nos termos das leis respectivas;

E em geral todas as outras despesas que estiverem a cargo da camara por disposição ou auctorisação de lei.

Art. 218.º São facultativas todas as despesas não enumeradas no artigo antecedente, que forem de utilidade para o concelho e consequentes do exercicio e attribuições legaes da camara municipal.

### SECÇÃO III

#### Do orçamento municipal

Art. 219.º É applicavel aos orçamentos municipaes o que fica disposto nos artigos 106.º, 107.º, 108.º, 109.º, 111.º e 114.º

Art. 220.º O orçamento ordinario será proposto á camara pelo presidente, discutido e approvado pelos vereadores, exposto ao publico por dez dias e remettido ao governador geral até ao 1.º de novembro de cada anno.

Art. 221.º O governador geral póde rejeitar ou reduzir as despesas propostas nos orçamentos, mas não póde introduzir verbas de despesa nem augmentar as propostas, ~~senão~~ quando estas despesas forem obrigatorias.

Art. 222.º Quando, em virtude do artigo antecedente, o orçamento municipal for alterado, e a sua receita ficar insufficiente para occorrer ás despesas obrigatorias, será o orçamento devolvido á camara para que vote a receita necessaria.

Art. 223.º Se a camara não votar a receita precisa no praso que lhe for marcado pelo governador geral, cumpre a este, ouvido o conselho do governo, supprir a omissão da camara, podendo tambem reduzir a despesa se assim lhe parecer mais conveniente para equilibrar o orçamento, mas dentro dos limites das attribuições conferidas por este codigo ás camaras municipaes.

Art. 224.º É applicavel á contabilidade municipal o que fica disposto nos artigos 118.º, 119.º e 122.º

### SECÇÃO IV

#### Da contabilidade municipal

Art. 225.º Ao presidente da camara compete ordenar todos os pagamentos; os mandados serão sobrescriptos pelo escrivão da camara e deverão especificar:

1.º O exercicio a que pertence a despesa a pagar;

2.º A verba do respectivo orçamento que a auctorisa.

Art. 226.º Recusando o presidente da camara ordenar o pagamento de despesas regularmente auctorisadas e liquidadas, o governador geral tem direito de as ordenar.

§ 1.º A ordem do governador geral terá os mesmos effeitos que teria o mandado do presidente, e o thesoureiro do concelho é obrigado a satisfazel-a sob sua responsabilidade pelos seus bens o pelo seu fiador.

§ 2.º A ordem do governador geral terá força executiva.

Art. 227.º O presidente da camara não deve, sob sua responsabilidade, ordenar o pagamento de nenhuma despesa sem que lhe sejam presentes os documentos que a comprovem.

Art. 228.º Dentro do praso de sessenta dias, depois de findo o exercicio, apresentará o presidente á camara a conta do mesmo exercicio, descrevendo em columnas separadas a receita cobrada e a despesa feita, com a mesma numeração e dizeres que cada verba tiver no orçamento.

Art. 229.º A conta deve especificar, pelo que diz respeito á receita:

1.º A natureza dos rendimentos;

2.º A importancia em que no orçamento foram calculados;

3.º A somma cobrada durante o respectivo anno ;

4.º A somma não cobrada que fica como divida activa.

E pelo que diz respeito á despesa :

1.º A natureza das despesas ;

2.º A importancia das verbas votadas ;

3.º A importancia dos pagamentos ordenados e pagos durante o exercicio ;

4.º As sommas em divida ;

5.º Os saldos que devem passar para a gerencia seguinte.

Art. 230.º A conta mencionada nos dois artigos antecedentes deve ser acompanhada dos documentos e explicações necessarias.

Art. 231.º A camara deliberará sobre a conta apresentada pelo presidente, e organisará a da gerencia municipal durante o exercicio.

§ 1.º O presidente deixará a presidencia nas sessões em que der conta da sua gerencia.

§ 2.º O presidente pôde assistir ás ditas sessões, para prestar esclarecimentos, mas não estará presente no acto da votação.

Art. 232.º As contas da camara, organisadas nos termos dos artigos antecedentes, serão apresentadas no governo geral da provincia dentro do prazo de tres meses depois de findo o exercicio.

§ unico. Estas contas serão julgadas pelo conselho da provincia.

Art. 233.º As contas municipaes estarão patentes durante dez dias na casa da camara, o que o presidente fará constar por meio de editaes.

Art. 234.º Todos os eleitores e proprietarios do concelho são partes legitimas para reclamar e recorrer perante o conselho de provincia a respeito das contas municipaes.

Art. 235.º Todos os vereadores, pelo facto do juramento e posse, assumem a responsabilidade solidaria pela gerencia dos dinheiros e fazenda do municipio.

§ unico. Os vereadores que não tomarem parte, nos termos d'este codigo, nas deliberações ou actos de que resultar a responsabilidade imposta no julgamento das contas, ou que, tendo tomado parte n'ellas, as assignarem vencidos, ou protestarem contra as mesmas deliberações em acto continuo, serão proporcionalmente relevados da responsabilidade solidaria imposta á camara.

## CAPITULO V

### Dos empregados da camara

#### SECÇÃO I

##### Dos empregados da secretaria

Art. 236.º A camara municipal tem um escrivão ao qual incumbem :

1.º Assistir ás sessões da camara, lavrar as actas e fazer todo o serviço de expediente que lhe for ordenado ;

2.º Subscrever todos os actos officiaes da camara ;

3.º Exercer as funções de tabellião em todos os actos e contratos em que a camara for outorgante ;

4.º Conservar sob sua guarda e responsabilidade, nos paços do concelho, o archivo da camara ;

5.º Responder pela boa ordem e regularidade dos trabalhos da secretaria ;

E em geral exercer as mais funções de que for encarregado pela camara ou pelo presidente.

Art. 237.º O escrivão é nomeado pela camara, precedendo concurso, como for determinado em regulamento.

Art. 238.º Não podem ser nomeados escrivães das camaras :

1.º Os vereadores da mesma camara ;

2.º Os que tenham com a camara litigio judicial ou administrativo ;

3.º Os que directa ou indirectamente forem interessados em contratos de fornecimentos para serviços da camara ;



4.º Os devedores á camara, e seus fiadores.

Art. 239.º O escrivão da camara tem o ordenado que lhe for votado no orçamento municipal, e os emolumentos que lhe competirem pelas respectivas tabellas.

Art. 240.º O escrivão da camara só póde ser demittido, ouvido previamente, por desleixo, erro de officio, mau procedimento ou falsas informações que der no exercicio das suas funcções.

Art. 241.º O escrivão da camara é substituido nos seus impedimentos temporarios pela pessoa que a camara nomear.

Art. 242.º A camara terá os empregados de secretaria que forem necessarios para o prompto expediente do serviço.

§ unico. A disposição do artigo 240.º é applicavel a estes empregados, quando não tenham sido chamados para serviços meramente extraordinarios.

## SECÇÃO II

### Do thesoureiro do concelho

Art. 243.º A camara nomeia livremente o seu thesoureiro nos mesmos termos, e com a mesma responsabilidade com que o faz a junta geral da provincia a respeito do seu thesoureiro.

§ unico. É applicavel ás camaras municipaes e seu thesoureiro o que se dispõe a respeito da junta geral da provincia e respectivo thesoureiro nos artigos 115.º a 117.º

## SECÇÃO III

### Dos facultativos e outros empregados do partido

Art. 244.º A camara terá os facultativos, pharmaceuticos, parteiras e veterinarios de partido que exigirem as necessidades dos povos e as do serviço municipal.

Art. 245.º Estes empregados não podem ser suspensos nem demittidos, nem se lhes póde alterar os vencimentos e condições dos partidos, sem que sejam previamente ouvidos, e sem que preceda approvação do governador geral.

Art. 246.º Os partidos de que trata o precedente artigo só poderão ser providos por meio de concurso annunciado no *Boletim official* da provincia.

Art. 247.º O augmento dos vencimentos, ou o melhoramento das vantagens dos partidos em beneficio dos providos, só póde fazer-se sujeitando-se elles a novo concurso.

Art. 248.º Serão sempre condições obrigatorias dos partidos:

- 1.º A de curar gratuitamente os pobres;
- 2.º A de vaccinar gratuitamente, sem distincção de classes;
- 3.º A de prestar conselho e coadjuvação profissional á auctoridade administrativa e policial, quando d'elles careça para o desempenho das suas attribuições;

4.º A de se substituirem reciprocamente os facultativos do mesmo concelho;

5.º A de não saírem para fóra do concelho por mais de tres dias, mesmo com licença, havendo n'elle só um facultativo, sem se substituirem por facultativo approvado pela camara;

6.º A de não se poderem despedir, havendo no concelho um só facultativo, sem aviso por escripto, feito com antecedencia, pelo menos, de dois mezes, salvo fazendo-se substituir por facultativo idoneo, approvado pela camara, durante esse periodo.

Art. 249.º É applicavel, na parte respectiva aos facultativos dos hospitaes e misericordias, o que n'esta secção se dispõe a respeito dos facultativos municipaes.

## SECÇÃO IV

### Da policia do concelho

Art. 250.º A camara terá os zeladores e guardas campestres que forem necessarios para as necessidades policiaes do concelho.

Art. 251.º Para estes logares serão nomeados os individuos que tenham sido militares, sejam validos, saibam ler

e escrever e não tenham idade superior a quarenta e cinco annos.

§ unico. Só na falta d'estes poderão ser nomeados os que não tenham sido militares, mas que tenham as demais condições exigidas n'esto artigo.

Art. 252.º Os zeladores e guardas campestres têm a seu cargo fiscalisar o cumprimento das posturas e regulamentos de policia municipal e provincial, tanto urbana como rural, e os serviços municipaes de que forem encarregados pela camara.

§ unico. Os zeladores e guardas campestres, no julgamento das coimas que requerem, e de que decaírem, não podem, nem por si, nem como representantes da camara, ser condemnados em custas.

Art. 253.º Se a camara julgar de conveniencia para o concelho que os zeladores e guardas campestres exerçam conjunctamente funcções de policia geral, tanto civil como judiciaria, poderá de todos, ou de parte d'elles, constituir um corpo policial, e n'este caso terão elles as attribuições que a lei commetto ás praças dos corpos de policia civil, mas ficarão immediatamente subordinados ao administrador do concelho.

§ 1.º A disposição d'este artigo não é applicavel ao concelho da capital da provincia.

§ 2.º Uma vez estabelecido o corpo de policia municipal, ficará a sua manutenção constituindo despesa obrigatoria do concelho.

#### SECÇÃO V

##### Dos outros empregados da camara

Art. 254.º A camara terá os demais empregados que forem necessarios ao desempenho dos serviços municipaes, devendo ser providos por concurso, conforme for determinado em regulamento, os que tiverem de exercer funcções que exijam aptidão technica.

#### SECÇÃO VI

##### Disposições communs a todos os empregados

Art. 255.º O titulo de nomeação dos empregados municipaes será um alvará do presidente da camara, fundado na deliberação por que tiverem sido nomeados, e sellado com o sello das armas do concelho, com previo pagamento do imposto de sello que lhe corresponder.

Art. 256.º De todas as nomeações que fizer, dará a camara parte ao governador geral, com declaração dos vencimentos e lotação dos empregos.

Art. 257.º Os empregados municipaes prestam juramento nas mãos do presidente da camara ou de quem suas vezes fizer.

### TITULO VII

#### Da administração da parochia

##### CAPITULO I

##### Do regedor de parochia

Art. 258.º O regedor de parochia é nomeado por portaria do governador geral, sob proposta do administrador do concelho, e presta juramento nas mãos d'este magistrado.

Art. 259.º Só pôde ser regedor de parochia o eleitor que tiver domicilio na parochia ou parochias annexadas.

Art. 260.º O regedor de parochia não pôde ser obrigado a servir por mais de um anno.

Art. 261.º As funcções de regedor são compatíveis com as de juiz electivo.

Art. 262.º O regedor de parochia pôde ser suspenso pelo administrador do concelho, que dará parte ao governador geral, mas não pôde ser demittido senão por portaria do mesmo governador geral.

Art. 263.º O regedor de parochia tem um substituto.

§ unico. São applicaveis ao substituto as disposições dos artigos antecedentes.

Art. 264.º O regedor de parochia não vence ordenado ou

gratificação, mas enquanto servir o seu cargo, não é isento de aboletamentos de tropas em tempo de paz, e não quer contribuições municipaes directas lançadas em serviço das pessoas ou dos bens dos habitantes e proprietarios do concelho. Perceberá alem d'isso os emolumentos que legalmente lhe competirem.

Art. 265.º Incumbe ao regedor de parochia:

1.º Dar parte ao administrador do concelho das deliberações da junta que julgar exorbitantes da sua jurisdição, ou offensivas das leis ou dos interesses publicos;

2.º Abrir os testamentos, na conformidade do artigo 1:933.º, § unico, do codigo civil;

3.º Executar as ordens do administrador do concelho;

4.º Prover á limpeza das ruas e desobstrucção das estradas concelhias e caminhos vicinaes nos limites da respectiva parochia;

5.º Dar parte circunstanciada ao administrador do concelho de quaesquer crimes ou delictos commettidos na parochia;

6.º Exercer quaesquer outras funções administrativas que por delegação do administrador do concelho lhe forem commettidas, salvo sempre a ratificação do administrador;

7.º Superintender na policia dos cemiterios parochiaes, e exercer as funções de policia sanitaria que lhe forem commettidas nas leis e regulamentos;

8.º Atacar quaesquer outros actos que por lei ou regulamentos lhe forem encarregados.

Art. 266.º O regedor de parochia tem um escrivão por elle nomeado, e confirmado pelo administrador do concelho.

Art. 267.º O regedor de parochia é coadjuvado no exercicio das suas funções por cabos de policia.

§ 1.º A nomeação dos cabos de policia é feita pelo administrador, sob proposta annual do regedor de parochia.

§ 2.º O regedor indicará ao administrador do concelho o numero de cabos de policia de que carecer, e as secções da parochia que devem ser designadas a cada um d'elles.

§ 3.º Os cabos de policia são subordinados ao regedor de parochia, e receberão d'elle as instrucções do serviço que lhes cumpre desempenhar.

§ 4.º Os cabos de policia não são obrigados a servir por mais de um anno, nem fóra da povoação em que residirem, salvo se for para logar pertencente á sua freguezia.

§ 5.º Os cabos de policia podem ser suspensos pelo regedor de parochia, que dará immediatamente conta ao administrador do concelho, mas só podem ser demittidos por este magistado.

## CAPITULO II

### Das juntas de parochia

#### SECÇÃO I

Disposições especiaes sobre a organização e reuniões da junta

Art. 268.º A junta de parochia compõe-se de tres membros, sendo dois eleitos pela parochia ou parochias aggregadas.

§ unico. O parocho é o presidente nato da junta de parochia.

Art. 269.º A posse dos vogaes da junta de parochia é applicavel o disposto no artigo 186.º

Art. 270.º A junta de parochia tem uma sessão ordinaria de quinze em quinze dias, e as extraordinarias que o bem do serviço exigir.

Art. 271.º As juntas de parochia poderão reunir-se na sacristia da igreja parochial ou em qualquer casa do despacho, mas nunca na igreja.

§ unico. As duvidas que a este respeito se moverem serão resolvidas pelo administrador do concelho.

Art. 272.º O regedor de parochia assiste com voto consultivo ás sessões da junta, toma assento ao lado esquerdo, junto ao presidente, e será ouvido quando o requerer.

1.º A administração da junta de parochia pertence:

2.º A administração da fabrica da igreja;

3.º O desempenho de todos os interesses da parochia;

de comissão de beneficencia, lhe forem incumbidas qualidades  
§ unico. Não são sujeitas á administração da junta a  
parochia as fabricas:

1.º Das cathedraes;

2.º Das igrejas em que as collegiadas ou irmandades fo-  
rem ou se prestarem a ser fabriqueiras;

3.º Dos templos que, por serem monumentos de arte ou de  
gloria nacional, estão a cargo do governo geral da provincia;

4.º Dos templos que, sendo parochiaes, são tambem des-  
tinados a outros usos religiosos.

Ar. 274.º Como encarregada da fabrica, compete á junta:

1.º A administração de todos os bens e rendimentos da  
fabrica;

2.º A administração dos bens e rendimentos doados á  
freguezia com applicação geral ou especial para despezas  
do culto ou para obras pias;

3.º A administração dos bens e rendimentos das ermidas  
ou capellas dependentes da igreja parochial e das irman-  
dades illegalmente erectas.

Art. 275.º São exceptuados da administração da junta  
de parochia:

1.º Os bens e rendimentos das irmandades e confrarias  
legitimamente erectas;

2.º Os bens e rendimentos de qualquer ermida pertencente  
a algum particular, ou aos vizinhos ou moradores de  
algum lugar de parochia;

3.º Os bens e rendimentos dos hospitaes e albergarias;

4.º Os passaes e casas de residência dos parochos ou de  
quaesquer outros empregados no serviço do culto;

5.º Os rendimentos, benesses e quaesquer emolumentos  
applicados á sustentação dos parochos.

Art. 276.º Como administradora dos bens de parochia  
pertence á junta:

1.º Administrar os bens communs da parochia, appli-  
cando-os aos usos a que são destinados.

2.º Regular, nos termos das leis, o modo de fruição dos  
bens, pastos e quaesquer fructos do logradouro commun e  
exclusivo dos moradores da parochia.

Art. 277.º Como comissão de beneficencia incumbem á  
junta de parochia, conjunctamente com o regedor, em con-  
formidade com as leis e regulamentos:

1.º Promover a extinção da mendicidade;

2.º Arrolar os que carecem de ser soccorridos pela be-  
nificencia publica;

3.º Promover e solicitar os soccorros de que carecerem;

4.º Fiscalisar a criação dos expostos, informando a au-  
toridade competente dos abusos que notar; e em geral  
praticar todos os actos de beneficencia e de piedade, que  
lhe forem incumbidos por lei ou por ordem das auctorida-  
des superiores.

Art. 278.º É da obrigação da junta de parochia:

1.º Inventariar todos os bens e rendimentos pertencentes  
á parochia e á fabrica da igreja, quando a junta for fabri-  
queira;

2.º Inventariar separadamente os paramentos, vasos sa-  
grados, alfaias e quaesquer utensilios pertencentes e fabri-  
ca da igreja.

§ 1.º Nos inventarios se fará menção das escripturas,  
sentenças, titulos ou quaesquer documentos que digam res-  
peito aos objectos inventariados.

§ 2.º Os inventarios serão escriptos em um livro especial.

§ 3.º Os inventarios serão revistos e conferidos logo de-  
pois de installada a nova junta, e das alterações que n'el-  
les se notarem se lavrará auto no livro.

§ 4.º O regedor de parochia assiste á feitura e á revisão  
dos inventarios.

§ 5.º Tanto os inventarios como o auto da revisão serão assignados pelos vogaes da junta, pelo regedor da camara e pelo escrivão.

§ 6.º Uma copia autorizada ao governador geral, indo do auto da administração do concelho.

Art. 279.º A junta de parochia tambem delibera:

1.º Sobre contrahir empréstimos e estabelecer-lhes hypothecas;

2.º Sobre fazer contratos para se effectuarem obras do interesse da parochia;

3.º Sobre a aquisição, alienação e troca das propriedades da parochia, ou applicação a usos diversos d'aquelles a que são destinadas;

4.º Sobre a acceitação de donativos, doações, heranças e legados feitos á parochia;

5.º Sobre a conveniencia de intentar ou defender algum pleito para interesse da parochia, e transigir sobre elle;

6.º Sobre a conveniencia de ser declarada de utilidade publica a expropriação de predios necessarios para o serviço da parochia;

7.º Sobre o lançamento de contribuições directas parochiaes;

8.º Sobre a nomeação dos empregados parochiaes;

9.º Sobre o estabelecimento de cemiterios parochiaes na conformidade dos respectivos regulamentos;

10.º Sobre a construcção, conservação e reparação dos caminhos vicinaes do uso exclusivo da parochia.

Art. 280.º Todas as deliberações das juntas de parochia são executorias independentemente da approvação superior.

§ unico. Exceptuam-se as de que tratam os n.ºs 1.º, 3.º e 7.º do artigo antecedente, as quaes carecem da approvação do governador geral, e as de que tratam os n.ºs 2.º e 5.º, que carecem da approvação da camara municipal.

Art. 281.º É applicavel ás deliberações das juntas de parochia, com as modificações necessarias, o que em relação ás das camaras municipaes se dispõe nos artigos 197.º, 198.º, 199.º e 200.º

### SECÇÃO III

#### Da receita e despesa

Art. 282.º As receitas da parochia são ordinarias ou extraordinarias.

As receitas ordinarias compõem-se:

1.º Do rendimento dos bens proprios da parochia, que não são do logradouro commum dos vizinhos;

2.º Do rendimento dos bens que estão applicados para a fabrica;

3.º Do producto dos direitos que a fabrica por lei ou estylo estiver auctorizada a levar nos baptismos, casamentos e obitos;

4.º Do producto das multas impostas por lei ou postura a beneficio da parochia;

5.º Do rendimento dos celleiros communs parochiaes;

6.º Do producto das contribuições directas parochiaes; e em geral do producto de toda a receita permanente que a junta esteja auctorizada a receber em virtude de alguma disposição ou auctorisação de lei.

Art. 283.º As receitas extraordinarias compõem-se:

1.º Do producto da alienação de bens parochiaes devidamente auctorizada;

2.º Do producto de donativos, doações, heranças, legados e esmolas;

3.º Do producto de empréstimos devidamente auctorizados;

4.º Do rendimento proveniente dos cemiterios parochiaes;

5.º Do producto de qualquer outra receita accidental.

Art. 284.º As contribuições parochiaes consistem em uma percentagem sobre as contribuições directas geraes da provincia.

§ 1.º A quota lançada sobre os rendimentos isentos de alguma d'estas contribuições será proporcionada á quota dos que lhe estão sujeitos.

As irmandades e confrarias que não estiverem sujeitas a algumas d'aquellas contribuições serão collectadas na proporção dos seus rendimentos.

Art. 285.º As despesas parochiaes são obrigatorias ou facultativas.

São obrigatorias:

1.º As despesas da conservação e reparo da igreja parochial e suas dependencias;

2.º As despesas com a residencia parochial, exceptuadas as das reparações ordinarias, que incumbem ao parochico como usufructuario, nos termos do artigo 228.º do codigo civil;

3.º As despesas do culto em paramentos, vasos sagrados, alfaías e guisamentos;

4.º Os vencimentos do escrivão do regedor e dos empregados parochiaes;

5.º As despesas da secretaria da junta;

6.º As despesas com a cobrança dos rendimentos parochiaes;

7.º Os impostos a que estiverem sujeitas as propriedades e rendimentos parochiaes;

8.º O pagamento das dividas exigiveis;

9.º O cumprimento dos legados a que estiverem sujeitas as propriedades e rendimentos da parochia;

10.º As despesas feitas com os litigios em que a junta for parte;

11.º As despesas com a construcção e conservação dos cemiterios parochiaes;

12.º As despesas com a compra dos livros necessarios para o registo parochial;

E em geral todas as outras despesas que estiverem a cargo da junta de parochia por disposição das leis.

Art. 286.º São facultativas todas as outras despesas de utilidade para a parochia, alem das mencionadas no artigo antecedente e que foram consequentes das attribuições legaes da junta.

#### SECÇÃO IV

##### Do orçamento e contas

Art. 287.º Os orçamentos das juntas de parochia são approvados pela camara municipal.

Art. 288.º Com relação aos orçamentos e contabilidade das juntas de parochia se observará, em tudo quanto for applicavel, o que n'este codigo se dispõe sobre os orçamentos e contas municipaes.

#### SECÇÃO V

##### Dos empregados da junta de parochia

Art. 289.º A junta de parochia tem um escrivão que poderá ser o do respectivo regedor.

Art. 290.º A junta tem um thesoureiro, que nomeará d'entre os seus vogaes ou de fóra d'elles.

§ 1.º Nas parochias em que houver thesoureiro ecclesiastico, pertence a este a guarda dos vasos sagrados, ornamentos, alfaías, roupas e quaesquer utensilios da fabrica, o que tudo lhe será entregue pela junta, lavrando-se auto.

§ 2.º Nas parochias em que não houver thesoureiro ecclesiastico, serão os referidos objectos confiados, pelo mesmo modo, á guarda do parochico.

Art. 291.º A junta de parochia terá os demais empregados que forem precisos para o desempenho dos serviços parochiaes.

### TITULO VIII

#### Das eleições dos corpos administrativos

##### CAPITULO I

##### Disposições geraes

Art. 292.º A junta geral da provincia, as camaras municipaes e juntas de parochia são eleitas directamente pelos cidadãos portuguezes das provincias ultramarinas que têm direito de votar.

Art. 293.º As eleições são feitas nas epochas determinadas no artigo 13.º, devendo ser no primeiro domingo do mez de novembro as provinciaes e municipaes, e no terceiro domingo as parochiaes.

§ 1.º Quando os corpos administrativos forem dissolvidos ou as eleições annulladas, as novas eleições serão feitas nos dias que forem designados no decreto da dissolução, ou na decisão que tiver julgado a nullidade.

§ 2.º Em qualquer das hypothesees mandar-se-ha proceder immediatamente a nova eleição.

Art. 294.º As eleições parochiaes serão feitas por freguezias, as municipaes e provinciaes por concelhos.

## CAPITULO II

### Dos eleitores e elegiveis

Art. 295.º São eleitores para os cargos provinciaes, municipaes e parochiaes, todos os cidadãos portuguezes residentes na provincia e nos respectivos concelhos e parohias, que tiverem o direito de votar nas eleições de deputados.

Art. 296.º São elegiveis para os cargos provinciaes os eleitores da provincia, para os municipaes os eleitores dos respectivos concelhos e para os parochiaes os eleitores da respectiva freguezia, contanto que saibam ler, escrever e contar, sem distincção de raça ou de religião.

§ 1.º Os cidadãos portuguezes de qualquer provincia ultramarina que não pertencerem á religião catholica não podem, contudo, ser eleitos para as juntas de parochia.

§ 2.º A elegibilidade só póde attestar-se e verificar-se pelo respectivo recenseamento eleitoral.

Art. 297.º Não podem ser eleitos:

1.º Os militares em activo serviço no exercito ou na armada, salvo sendo professores ou exercendo emprego civil legalmente compativel com as funcções administrativas;

2.º Os magistrados do ministerio publico e os officiaes de justiça;

3.º Os membros de tribunaes administrativos e fiscaes;

4.º Os empregados administrativos de nomeação do governo e os da fazenda nacional;

5.º Os empregados dependentes das corporações, de cuja eleição se tratar;

6.º Os que tiverem contratos de arrematação de rendimentos, de empreitadas ou fornecimentos com a corporação de cuja eleição se tratar, e os respectivos fiadores;

7.º Os accionistas de companhias organisadas para tomarem de empreitada quaesquer obras, serviços ou fornecimentos;

8.º Os cidadãos privados ou suspensos do uso dos seus direitos politicos por sentença ou despacho judicial passado em julgado;

9.º E finalmente todos aquelles que, exercendo funcções publicas fóra da circumscripção eleitoral, não possam comparecer regularmente ás sessões do corpo administrativo de cuja eleição se tratar.

Art. 298.º O recenseamento eleitoral para as eleições de deputados com as necessarias modificações, servirá tambem para a inscripção dos eleitores e elegiveis para os cargos administrativos.

## CAPITULO III

### Da eleição

Art. 299.º As assembléas eleitoraes são convocadas por portaria do governador geral, dirigida aos administradores dos concelhos e ás comissões recenseadoras.

Art. 300.º Para as eleições parochiaes cada parochia constituirá uma só assembléa eleitoral na séde da freguezia.

Art. 301.º Para as eleições parochiaes farão os administradores do concelho publicar por editaes, affixados á entrada das respectivas igrejias parochiaes, e nos mais lo-

gares do costume, o local, dia e hora da reunião das respectivas assembléas eleitoraes.

Art. 302.º As assembléas parochiaes serão presididas pelos membros da commissão do recenseamento do concelho, e não sendo estes sufficientes, ou na falta de algum, pelos cidadãos que a commissão escolher.

Art. 303.º Haverá o numero de assembléas que for necessario para commodidade dos povos.

§ 1.º As camaras municipaes designarão, com approvação do governador geral, o numero das assembléas eleitoraes que deve haver em cada concelho, a séde d'ellas e a area eleitoral que devem abranger, a qual em nenhum caso deve conter menos de duzentos eleitores.

§ 2.º Esta designação, depois de feita pela primeira vez, ficará permanente, e só poderá ser alterada, se for necessario, em rasão de consideravel alteração na densidade da população do respectivo concelho, ou nos meios de comunicação d'elle, ou de augmento ou diminuição da sua area.

§ 3.º A designação das assembléas será publicada por edital com a anticipação de quinze dias, pelo menos, do acto eleitoral, sob pena de nullidade da eleição.

Art. 304.º A convocação das assembléas eleitoraes para as eleições municipaes e provinciaes será feita pela fórma declarada no artigo 301.º, devendo tambem o administrador do concelho dar conhecimento do facto com oito dias de anticipação, pelo menos, ao presidente da commissão de recenseamento.

§ 1.º Havendo no concelho uma só assembléa, preside-lhe o presidente da commissão recenseadora.

§ 2.º Havendo mais de uma assembléa, o presidente da commissão recenseadora preside á que se reunir na parochia principal do concelho, e ás outras assembléas presidem os respectivos vogaes e seus substitutos. Se estes não forem bastantes, presidirão cidadãos idoneos nomeados pela commissão recenseadora.

§ 3.º A parochia principal do concelho é a da cathedral, e onde a não houver, a da igreja matriz da cabeça do concelho.

Art. 305.º As commissões recenseadoras remetterão aos presidentes das assembléas eleitoraes, pelo menos dois dias antes do designado para a eleição, cadernos em duplicado, contendo o recenseamento dos eleitores das respectivas assembléas, e tambem cadernos em duplicado contendo o recenseamento dos elegiveis para os cargos municipaes ou parochiaes, sómente quando se trate da eleição d'esses cargos.

§ 1.º Estes cadernos serão fielmente trasladados do recenseamento definitivo, terão termos de abertura e de encerramento assignados pela commissão, e serão por ella rubricados em todas as suas folhas.

§ 2.º Podel-os-ha tambem rubricar e assignar o respectivo administrador do concelho.

§ 3.º As mesmas commissões enviarão tambem aos presidentes das assembléas dois cadernos com termo de abertura e rubricas, na conformidade d'este artigo, para n'elles se lavrarem as actas da eleição.

#### CAPITULO IV

##### Votação das assembléas primarias

Art. 306.º No domingo destinado para se proceder á eleição, pelas nove horas da manhã, reunidos os eleitores no local designado, lhes proporá o presidente dois d'entre elles para escrutinadores, dois para secretarios e quatro para os revezarem, convidando os eleitores que approvarem a proposta a passar para o lado direito d'elle, e para o esquerdo os que a rejeitarem.

§ 1.º Para a approvação da proposta são necessarias tres quartas partes dos eleitores presentes.

§ 2.º Se a proposta não tiver obtido a approvação do numero fixado no § 1.º, será a mesa composta a aprazi-



mento assim dos eleitores que a approvaram, como dos que a rejeitaram.

§ 3.º Por parte dos que a approvarem ter-se-hão como escolhidos d'entre os propostos pelo presidente para escrutinadores, secretarios e dois revezadores os primeiros indicados para estes logares na ordem da proposta.

§ 4.º Por parte dos que a rejeitaram serão os restantes membros da mesa approvados por aclamação sob proposta de qualquer eleitor d'entre elles. Não sendo esta proposta approvada pela maioria d'esta secção, serão immediatamente eleitos por maioria relativa e escrutinio secreto, em que ella só votará. Servirão de vogaes da mesa d'esta eleição os mencionados no § antecedente.

§ 5.º Se a eleição for parochial a mesa será composta sómente de dois secretarios e dois escrutinadores.

Art. 307.º Da formação da mesa se lavrará a acta, e o secretario que a lavrar a lerá immediatamente á assembléa.

§ unico. Uma relação dos nomes dos approvados ou eleitos para comporem a mesa, assignada pelo presidente e por um dos secretarios, será logo affixada nas portas do edificio onde a assembléa estiver reunida.

Art. 308.º A eleição da mesa feita antes da hora designada no artigo 306.º é nulla.

Art. 309.º Se uma hora depois da fixada para a reunião da assembléa, o presidente ainda não tiver apparecido, ou se apparecer e se ausentar, tomará a presidencia o eleitor que para isso for escolhido pelo maior numero dos eleitores presentes.

Art. 310.º Se á mesma hora se não tiverem recebido na casa da assembléa, nem os cadernos do recenseamento dos eleitores elegiveis, nem os cadernos para se lavrarem as actas, que a commissão recenseadora do concelho devia ter remettido ao respectivo presidente, a eleição poderá fazer-se por quaesquer copias authenticas do respectivo recenseamento, que houverem sido extrahidas do livro competente e que qualquer eleitor apresentar, e as actas poderão lavrar-se em cadernos com termos de abertura e rubrica da mesa que a assembléa escolher.

Art. 311.º Se em alguma assembléa eleitoral se não apresentar, duas horas depois da marcada para a eleição, numero sufficiente de eleitores para compor a mesa, o presidente fará auto, em que se declarem todas as circumstancias do facto. O auto será assignado pelo presidente, pelo parcho, ou por quem suas vezes fizer.

§ unico. Se o caso se der n'um concelho de uma só assembléa, ou nas eleições parochiaes, o auto será enviado pelo presidente ao governador geral. Se acontecer n'um concelho de mais de uma assembléa, será o auto remettido ao presidente da commissão do recenseamento, para o apresentar na assembléa geral do apuramento.

Art. 312.º Não haverá eleição nos concelhos de uma só assembléa eleitoral, em que, pela contagem das listas da eleição, se verificar não haverem concorrido eleitores em numero dobrado pelo menos d'aquelle que é necessario para formar a mesa.

§ 1.º O presidente fará lavrar auto, que será assignado por todos os vogaes da mesa, do qual conste o numero dos eleitores, o numero dos votantes e o numero de listas que se extrahiram de cada urna, e o haverem-se cumprido as formalidades marcadas na presente secção até á contagem das listas.

§ 2.º Este auto será enviado pelo presidente da commissão do recenseamento ao governador geral.

Art. 313.º Quando no concelho houver mais de uma assembléa eleitoral, será procedente a eleição em cada uma d'ellas, ainda que não hajam concorrido eleitores em numero dobrado d'aquelle que é necessario para se formar a mesa.

§ 1.º As actas d'estas assembléas serão remettidas á assembléa geral do apuramento.

§ 2.º Se na assembléa do apuramento se verificar que o

numero de votantes nas diversas assembléas não foi igual ao dobro, pelo menos, do numero total dos vogaes que compozeram as mesas em todas as assembléas, a mesa do apuramento formará auto d'estas circumstancias e o entregará ao presidente da commissão do recenseamento para ser remettido ao governador geral.

Art. 314.º No caso de não haver eleição por falta de concorrência de eleitores, serão novamente convocadas as assembléas eleitoraes dentro do praso de trinta dias.

§ unico. Se a nova convocação não der resultado, far-se-ha terceira dentro de igual praso, e não dando esta resultado, serão preenchidos os logares electivos nos termos d'este codigo.

Art. 315.º A mesa da eleição será collocada no corpo do edificio, de maneira que todos os eleitores possam por todos os lados ter livre accesso a ella, e observar todos os actos eleitoraes.

Art. 316.º Constituida a mesa são validos todos os actos eleitoraes que legalmente forem praticados, estando presentes pelo menos tres vogaes d'ella.

Art. 317.º Os parochos e os regedores das parochias que constituem a assembléa eleitoral, assistirão á eleição para informar sobre a identidade dos votantes.

§ 1.º Faltando o parcho ou o regedor, a mesa nomeará pessoas idoneas que façam as suas vezes.

§ 2.º As mesas eleitoraes não começarão o acto da eleição sem que os parochos e os regedores, ou quem os substituir, estejam presentes.

§ 3.º O parcho ou quem suas vezes fizer terá logar na mesa ao lado direito do presidente, emquanto se estiver procedendo á chamada da respectiva freguezia.

§ 4.º Se a eleição for de cargo provincial ou municipal, e houver uma só assembléa no concelho, assistirá ahi á eleição o administrador respectivo; se houver duas assistirá a uma o administrador, e á outra o seu substituto; se houver mais de duas, ou algum d'elles estiver impedido, escolherá o administrador em exercicio pessoa ou pessoas que o representem, e em quem delegue as attribuições conferidas por este codigo.

Art. 318.º As mesas decidirão provisoriamente as duvidas que se suscitarem ácerca das operações eleitoraes.

§ 1.º Todas as decisões da mesa sobre quaesquer duvidas ou reclamações serão motivadas.

§ 2.º As decisões serão tomadas á pluralidade de votos; no caso de empate o presidente tem voto de qualidade.

Art. 319.º Nas assembléas eleitoraes não se póde discutir ou deliberar, sob pena de nullidade, sobre objecto estranho ás eleições.

Art. 320.º Aos presidentes das mesas incumbê manter a liberdade dos eleitores, conservar a ordem e regular a policia da assembléa.

§ unico. Todas as auctoridades darão inteiro cumprimento ás requisições que as mesas, em observancia d'este artigo, lhe dirigirem, e são sob sua responsabilidade obrigadas a evitar que por qualquer modo se attente contra a segurança dos eleitores.

Art. 321.º Nenhum individuo póde apresentar-se armado nas assembléas eleitoraes, e ao que o fizer ordenará o presidente que se retire.

Art. 322.º Se o presidente da assembléa eleitoral o julgar conveniente para a ordem da mesma assembléa, poderá mandar sair do local, onde ella se achar reunida, todos ou alguns dos individuos presentes não reconseados.

Art. 323.º A nenhuma força armada é permittido apresentar-se no local onde estiverem reunidas as assembléas eleitoraes, ou na proximidade d'elle, excepto em virtude de requisição feita em nome do presidente.

§ 1.º A força só poderá ser requerida quando seja necessario dissipar algum tumulto, ou obstar a alguma aggressão dentro do edificio da assembléa, ou na proximidade d'elle, no caso de ter havido resistencia ou desobediencia ás ordens do presidente.

§ 2.º Aparecendo a força armada no edificio da assem-

lha, ou na sua proximidade, suspender-se hão os actos electoraes, e só poderá proseguir-se n'elles, meia hora depois de se haver retirado a dita força.

§ 3.º Nas terras onde se reunirem as assembleas electoraes, a força armada conservar-se-ha nos quartéis e alojamentos durante os actos das ditas assembleas.

§ 4.º As disposições d'este artigo e seus paragraphos não comprehendem a força indispensavel para o serviço ordinario, nem individualmente os militares que estiverem recenseados.

Art. 324.º A nenhum cidadão é permitido votar em mais de uma assemblea.

Art. 325.º A votação é por escrutinio secreto, de modo tal, que de nenhum elector se conheça ou possa vir a saber o voto.

§ 1.º Não são admittidas listas em papel de cores ou transparentes, ou que tenham qualquer marca, signal ou numeração externa.

§ 2.º Considera-se tambem signal externo a designação do cargo.

Art. 326.º Nas eleições parochiaes ou municipaes devem as listas conter um numero de nomes igual ao dos membros do corpo administrativo, de cuja eleição se tratar; na eleição de procuradores á junta geral, conterão as listas tantos nomes quantos forem os que o concelho tem a eleger.

§ unico. O presidente da mesa assim o annunciara á assemblea antes de acceitar as listas.

Art. 327.º Quando a eleição se fizer simultaneamente para mais de um corpo administrativo, na parte internad a lista e no alto d'ella irá escripto o nome do corpo administrativo para cuja escolha for destinada.

§ unico. É nulla qualquer lista a que falte este requisito.

Art. 328.º São nullas as listas inintelligiveis e as que não forem manuscritas ou lithographadas com tinta preta.

Art. 329.º Para o apuramento de votos e para o calculo da maioria não se contarão, nem as listas nullas, nem as listas brancas, as quaes serão tidas como não existentes.

Art. 330.º Sobre a mesa estarão tantas urnas quantos forem os cargos para que se tratar de eleger, e cada uma d'ellas terá um distico que indique a eleição a que é destinada.

§ unico Durante as operações da assemblea estarão sempre patentes os cadernos de recenseamento dos electores elegiveis, que devem ter sido recebidos das commissões recenseadoras, em virtude do disposto no artigo 305.º

Art. 331.º Os vogaes das mesas votam primeiro que todos os electores; e tendo elles votado, mandará o presidente fazer a chamada dos outros, principiando pelas freguezias mais distantes.

Art. 332.º Ninguém póde ser admittido a votar, se o seu nome não estiver inscripto no recenseamento dos electores; exceptuam-se:

1.º Os presidentes das mesas, que podem votar na assemblea a que presidirem, ainda que ahi se não achem recenseados;

2.º Os cidadãos que se apresentarem munidos de sentença do poder judicial passada em julgado, mandando-os inscrever como electores, e que ainda não estiverem inscriptos;

3.º Os administradores de concelho ou os seus delegados, quando n'elle sejam electores, que podem votar na assemblea a que assistirem, ainda que ahi se não achem recenseados.

Art. 333.º Nenhum cidadão póde ser impedido de votar, quando se achar inscripto no respectivo recenseamento, excepto se contra elle se apresentar sentença judicial, passada em julgado, que o exclua.

Art. 334.º A proporção que cada um dos electores chamados se approximar da mesa, os dois escrutinadores ou os

seus revesadores. lançarão a respectiva nota da descarga nos dois cadernos de que se faz menção no artigo 305.º, escrevendo o appellido d'elles escrutinadores ao lado do nome dos votantes. O eleitor só então entregará ao presidente a lista da votação, dobrada e sem assignatura, e o presidente a lançará na urna.

§ unico. Nas eleições simultaneas para diversos corpos administrativos, o eleitor não será admittido a votar sem apresentar ao presidente um numero de listas igual ao dos cargos.

Art. 335.º Não se apresentando mais eleitores, o presidente ordenará uma chamada geral dos que não tiverem votado.

Art. 336.º Duas horas depois d'esta chamada o presidente fará contar as listas que se acharem na urna, e confrontar o numero d'ellas com a nota de descarga posta no caderno do recenseamento.

§ unico. O resultado d'esta contagem e confrontação será mencionado na acta e immediatamente publicado por edital affixado na porta da casa da assembléa.

Art. 337.º Concluida a contagem das listas, mais nenhuma póde ser recebida.

Art. 338.º A contagem das listas seguir-se-ha o apuramento dos votos, desdobrando o presidente successivamente cada uma das listas, e entregando a alternadamente a cada um dos escrutinadores, o qual a lerá em voz alta e a restituirá ao presidente. O nome dos votados será escripto por ambos os secretarios ao mesmo tempo com os votos que forem tendo, numerados por algarismos, e sempre repetidos em voz alta.

Art. 339.º Não se contarão para nenhum effeito:

1.º Os nomes a que vier annexa qualquer designação que não seja a de residencia do cidadão votado, do cargo ou profissão que exerça;

2.º Os nomes de quaesquer cidadãos não inscriptos nos cadernos elegiveis, quando se trate de eleições municipaes ou parochiaes;

3.º Os ultimos nomes que excederem o numero legal dos cidadãos que devem ser eleitos para a corporação de que se tratar.

Art. 340.º As mesas eleitoraes não podem recusar nem deixar de apurar os votos que recaírem em pessoas, cujo nome se acha inscripto no recenseamento dos elegiveis, quando se trate de eleições municipaes ou parochiaes, salvo a excepção do n.º 3.º do artigo antecedente.

Art. 341.º As listas que as mesas declararem viciadas ou nullas serão rubricadas pelo presidente e juntar-se-hão ao processo eleitoral. A mesma disposição se observará quanto ás listas declaradas validas contra a reclamação de alguns dos cidadãos que formarem a assembléa.

§ unico. Os votos que se contiverem nas listas annulladas serão em todo o caso apurados, mas em separado, e separadamente escripto nas actas.

Art. 342.º Se houver duvida sobre a numeração dos votos, ou se o numero total d'elles não for exactamente igual á somma dos que as listas contiverem, e uma quarta parte dos eleitores presentes reclamar a verificação d'elles, proceder-se-ha a novo exame ou leitura das listas.

Art. 343.º Terminando o apuramento, uma relação de todos os votados será publicada por edital affixado nas portas da casa da assembléa, em presença da mesa serão queimadas as listas que não estiverem nos casos declarados nos artigos 327.º, 328.º, 329.º e 339.º e d'estas circumstancias se fará expressa menção na acta.

Art. 344.º As operações eleitoraes não podem continuar alem do sol posto.

§ 1.º Não se tendo concluido a votação ou o escrutinio no primeiro dia, o presidente da mesa eleitoral mandará pelos dois secretarios rubricar no verso as listas recebidas, e fal-as-ha depois fechar com os mais papeis concernentes á eleição n'um cofre de tres chaves, das quaes ficará uma na sua mão e as outras na de cada um dos dois escrutina-

dores. Este cofre deverá ser sellado pelo presidente o pelo-o-ha ser por qualquer dos eleitores presentes que assim o requeira, sendo depois guardado com toda a segurança no mesmo edificio em que se procedeu á votação, podendo sel-o em logar exposto á vista e guarda dos eleitores se vinte d'estes, pelo menos, o exigirem, e aberto no dia seguinte pelas nove horas da manhã, em presença da assemblea, para se proseguir na votação.

§ 2.º Publicar-se-ha por edital affixado na porta principal do edificio o resultado do apuramento em cada dia, até se concluir a eleição.

Art. 345.º Da eleição deve lavrar-se acta em duplicado nos cadernos de que trata o § 3.º do artigo 305.º, assignados e rubricados pela mesa, na qual acta se mencionarão, alem das mais circumstancias relativas á eleição:

1.º Todas as duvidas que occorrerem e reclamações que se fizeram, pela ordem com que foram apresentadas, e a decisão motivada que sobre ellas se houver tomado;

2.º Quantos dias a eleição durou e quaes as operações eleitoraes effectuadas em cada um d'elles;

3.º Os nomes de todos os votados e o numero de votos que cada um teve, escripto por extenso;

4.º Os votos annullados e o motivo por que o foram.

Art. 346.º Um dos exemplares da acta será remetido ao presidente da camara do respectivo concelho para ser guardado no archivo da camara municipal, o outro exemplar com uma relação dos nomes e moradas dos cidadãos eleitos, com os cadernos e todos os outros papeis relativos á eleição será enviado ao administrador do concelho, que mandará logo todos esses documentos ao governador geral, se a eleição for parochial, ou se tiver havido uma só assemblea eleitoral.

Art. 347.º Os exemplares da acta serão assignados por todos os vogaes da mesa, proprietarios e supplentes, devendo comtudo julgar-se validos quando forem assignados pelo menos por tres de entre elles. Se algum deixar de assignar, o secretario mencionará esta circumstancia.

Art. 348.º A qualquer cidadão é permittido pedir, e os presidentes das camaras são obrigados a mandar-lhe passar certidões authenticas das actas, recenseamento e mais documentos relativos ás eleições, que estiverem guardados nos archivos das respectivas camaras.

Art. 349.º Se houver uma só assemblea eleitoral a eleição ter-se-ha por terminada pela votação e apuramento n'essa assemblea, e a mesa procederá como lhe prescreve o artigo 302.º d'este codigo. Se porém houver mais de uma assemblea, far-se-ha o apuramento na cabeça do concelho, no domingo immediato áquelle em que houver sido feita a eleição.

Art. 350.º Para execução do artigo antecedente, os dois escrutinadores serão os portadores de um dos exemplares da acta da respectiva assemblea, e apresental-o-hão no dia designado na cabeça do concelho.

§ 1.º Quando algum dos escrutinadores tiver motivos que o estorvem de ir á cabeça do concelho, será substituido pelos secretarios ou pelos revesadores.

§ 2.º Tanto o exemplar da acta que é entregue aos escrutinadores, como o outro exemplar d'ella, os cadernos e mais papeis que, na conformidade do artigo 346.º, são remettidos á camara municipal e administrador do concelho, serão fechados e lacrados, e alem d'isso levarão no reverso do sobrescripto os appellidos dos membros da respectiva mesa, postos por letra de cada um.

## CAPITULO V

### Das assembleas de apuramento

Art. 351.º No domingo immediato ao da eleição, pelas nove horas da manhã, reunir-se-hão na casa da camara os portadores das actas de todo o concelho com o presidente da commissão do recenseamento; proceder-se-ha logo á formação da mesa, conforme o disposto nos artigos 306.º e seguintes

d'este código, e observar-se-hão todas as mais disposições applicaveis e em respeito á formação das mesas das assembleas electoraes primarias, e ao modo de manter ali a liberdade e fazer a policia, competindo para esse fim ao presidente e mesa das assembleas electoraes de apuramento as mesmas attribuições que pelos citados artigos competem aos presidentes e mesas d'aquellas assembleas.

§ 1.º Se o presidente não comparecer á hora designada n'este artigo, prover-se-ha á sua falta pelo modo indicado no artigo 309.º

§ 2.º O administrador do concelho assistirá a todos os actos da assemblea.

Art. 352.º Constitui-la a mesa o presidente da commissão do recenseamento, que fica sendo o presidente da assemblea, lhe apresentará fechado e lacrado o duplicado da acta que, na conformidade do artigo 346.º, tiver sido remettido ao presidente da camara municipal, que para tal fim o entregará; os portadores das actas apresentarão tambem os duplicados que lhes tiverem sido entregues, e o administrador do concelho apresentará os cadernos e mais papeis que houver recebido, nos termos do artigo 346.º

§ unico. Feita esta apresentação, nomear-se-hão pelo modo indicado no artigo 306.º as commissões que se julgarem necessarias para a mais prompta expedição dos trabalhos, e por estas commissões se distribuirão proporcionalmente as actas das assembleas do conselho, de maneira porém que o exame da acta de uma assemblea não seja nunca encarregado á commissão de que forem membros os portadores das actas d'essa assemblea.

Art. 353.º As commissões procederão immediatamente a examinar as actas que lhes forem distribuidas, e apurar os respectivos votos. Do resultado darão conta á assemblea.

Art. 354.º Os pareceres das diversas commissões serão lidos e approvados ou reformados pela assemblea geral de apuramento.

Art. 355.º Approvados ou reformados os pareceres, a mesa procederá immediatamente ao apuramento geral, na conformidade d'elles, a fim de averiguar o numero total de votos que cada um dos cidadãos votados tiver em todo o concelho, e sobre isto lavrará um parecer, que será tambem lido e approvado ou reformado pela assemblea.

Art. 356.º As funcções das assembleas de apuramento reduzem-se a examinar pela comparação das actas trazidas pelos portadores com os duplicados apresentados pelo presidente da commissão do recenseamento e tambem com os cadernos do recenseamento, se aquellas actas são realmente as mesmas que foram confiadas aos portadores pelas mesas, e se os votos que d'ellas consta haver tido cada cidadão na respectiva assemblea são realmente os que elles ali tiveram, e bem assim a apurar esses votos.

§ unico. De maneira nenhuma, porém, deixarão de contar votos a qualquer cidadão, ou poderão annullar as actas das quaes elles constam, com o fundamento de que houve alguma nullidade no recenseamento, na formação das mesas, no processo eleitoral de que algum dos cidadãos votados é absoluta ou respectivamente inelegivel, ou com qualquer outro que não seja a falta de authenticidade ou exactidão expressamente especificadas n'este artigo.

Art. 357.º Quando por qualquer motivo imprevisto deixar de ser apresentado á assemblea de apuramento algum dos exemplares das actas, far-se-ha o apuramento pelos que apparecerem.

Art. 358.º Concluido o apuramento escrever-se-ha em dois cadernos, assignados e rubricados pela mesa, o numero de votos que teve cada cidadão.

Art. 359.º Serão considerados como eleitos aquelles cidadãos que reunirem maior numero de votos.

§ 1.º Quando dois cidadãos tiverem o mesmo numero de votos, preferirá o mais velho.

§ 2.º O nome d'aquelles que saírem eleitos publicar-se-ha por editaes affixados na porta da casa da assemblea.

Art. 360.º Do apuramento deve lavrar-se acta, na qual

serão declarados os nomes dos cidadãos eleitos e o numero de votos que cada um teve.

Art. 361.º Da acta do apuramento se entregará duplicado ao administrador do concelho que estiver presente.

Art. 362.º A mesa que proclamar a eleição remetterá a cada um dos eleitos um extracto da acta assignado por todos os vogaes, que será o diploma da sua nomeação.

Art. 363.º A acta do apuramento com as actas das assembleas primarias, reclamações apresentadas, cadernos e mais papeis relativos á eleição, serão remettidos pelo presidente da assemblea ao governador geral, até ao domingo immediato ao do apuramento ou ao da eleição, nos casos em que não ha assemblea de apuramento.

§ unico. Os duplicados apresentados pelo presidente da camara municipal volverão ao archivo da mesma camara.

## CAPITULO VI

### Reclamações e recursos

Art. 364.º Todo o eleitor tem direito de reclamar contra a illegalidade das operações eleitoraes, relativas á corporação, em cuja eleição tiver direito de votar.

§ 1.º As reclamações podem ser feitas, ou no proprio acto da eleição, ou no do apuramento, quando esto tenha logar, podendo n'este ultimo caso ter por objecto tanto as operações do apuramento como as das assembleas primarias.

§ 2.º As reclamações poderão ser feitas verbalmente ou por escripto; no primeiro caso serão inseridas nas actas como forem dictadas pelos reclamantes: no segundo caso far-se-ha simples menção d'ellas na acta, e as reclamações originaes com todos os documentos que lhes digam respeito, serão juntas ao processo, depois de tudo rubricado pela mesa e pelos eleitores que o pedirem. Dar-se-ha tambem recibo aos interessados que o exigirem.

§ 3.º As mesas, quer das assembleas primarias, quer das do apuramento, darão na acta a sua informação ácerca do objecto das reclamações apresentadas contra os actos praticados nas mesmas assembleas.

§ 4.º Se as reclamações apresentadas nas assembleas de apuramento tiverem por objecto as operações das assembleas primarias, o presidente da assemblea convocará immediatamente os cidadãos que compozeram as mesas eleitoraes, para que informem o que se lhes offerecer ácerca das mesmas reclamações; e a resposta que derem será junta ao processo eleitoral.

Art. 365.º Ao conselho de provincia pertence julgar as reclamações e protestos relativos ás eleições provinciaes, municipaes e parochiaes.

Art. 366.º Todas as reclamações e protestos relativos aos actos eleitoraes serão resolvidos até ao terceiro domingo immediato ao do apuramento, ou ao da eleição nos casos em que não ha assemblea de apuramento.

Art. 367.º Se as reclamações e protestos de que trata o artigo antecedente não forem resolvidos dentro do praso fixado n'esse mesmo artigo considera-se confirmada a eleição a respeito da qual se tenham feito as referidas reclamações ou protestos.

Art. 368.º O secretario do governo geral da provincia, como representante do ministerio publico, é competente para reclamar e recorrer ácerca da validade das eleições dos corpos administrativos.

Art. 369.º Uma lei estabelecerá o recurso das decisões do conselho de provincia.

Art. 370.º A nullidade da eleição em uma ou mais assembleas não invalida a eleição geral do circulo senão nos casos em que a nullidade da eleição parcial possa influir no resultado geral da votação.

§ unico. Annullada porém a eleição, repete-se o acto eleitoral em todas as assembleas do circulo.

## TITULO IX

### Do serviço e da aposentação dos magistrados e empregados administrativos

Art. 371.º Os magistrados e empregados administrativos são obrigados a apresentar-se pessoalmente a servir os logares para que forem nomeados, promovidos ou transferidos:

1.º Se a nomeação, promoção ou transferencia lhes for communicada directamente, no praso que lhes for assignado na communicação;

2.º Se a nomeação, promoção ou transferencia não lhes for communicada directamente, no praso de trinta dias contados desde a publicação da nomeação, promoção ou transferencia no *Boletim official* da provincia, para os empregados e funcionarios nomeados, promovidos ou transferidos pelas auctoridades da provincia; e no praso de noventa dias desde a publicação da nomeação, promoção ou transferencia no *Diario do governo* para os funcionarios nomeados, promovidos ou transferidos pelo governo da metropole.

Art. 372.º A auctoridade que fizer a nomeação, promoção ou transferencia, póde, quando para isso haja motivo grave, prorogar o praso primitivamente assignado para a apresentação.

Art. 373.º O serviço dos magistrados e empregados administrativos é sempre pessoal, e só se conta desde que elles comecem a servir effectivamente os respectivos logares.

Art. 374.º Os magistrados e empregados administrativos, durante os impedimentos ou licenças por motivo de molestia, têm direito aos seus ordenados por inteiro, comtanto que não deixem de servir por mais de noventa dias consecutivos.

§ unico. Se o impedimento ou licença por motivo de molestia exceder aquelle praso, vencerão sómente dois terços do ordenado.

Art. 375.º Os substitutos ou funcionarios interinos percebem os vencimentos a que têm direito os proprietarios, todas as vezes que o logar estiver vago ou não tiverem os proprietarios direito a receber alguma parte d'elle.

Art. 376.º Consideram-se para todos os effeitos como serviço effectivo em qualquer cargo as commissões extraordinarias, ou a ausencia temporaria por motivo de serviço publico.

§ unico. Nenhum empregado administrativo tem direito a augmento de ordenado pelo serviço interino de que for encarregado.

Art. 377.º Os empregados administrativos têm direito aos seus vencimentos desde a data da posse dos respectivos empregos.

§ unico. Nos casos de accesso, promoção ou transferencia os vencimentos dos novos empregos contar-se-hão desde as datas dos respectivos diplomas, uma vez que os empregados promovidos ou transferidos tomem posse dos novos logares nos prazos fixados n'este codigo.

Art. 378.º Em todos os casos de impedimento ou licença não especificados nos artigos antecedentes, cessa o direito ao ordenado.

Art. 379.º Podem ser aposentados com o ordenado por inteiro, os empregados da junta geral da provincia, os da secretaria do governo geral, os das secretarias das camaras municipaes e os das secretarias das administrações dos concelhos, que, tendo pelo menos vinte e cinco annos de bom e effectivo serviço, soffrerem impossibilidade physica ou moral, devidamente comprovada, de continuar a servir.

§ unico. Verificada a impossibilidade mencionada n'este artigo, a aposentação só póde ser concedida com metade do ordenado aos empregados que tiverem quinze ou mais annos de bom e effectivo serviço, e com um terço do ordenado quando esse serviço houver durado por dez annos ou mais.



Art. 380.º Os empregados a que se refere o artigo antecedente só podem ser aposentados com as vantagens correspondentes aos logares que exerçam, quando n'elles tenham tres annos ou mais de serviço effectivo; aliás só o poderão ser com as vantagens correspondentes ao ultimo logar que anteriormente houverem servido.

## TITULO X

### Dos emolumentos

Art. 381.º Os emolumentos pertencem sempre a quem está no effectivo serviço do logar, ainda que o serviço seja interino, e seja qual for o impedimento do substituido.

Art. 382.º Os emolumentos que se hão de receber nas secretarias do governo geral, nas administrações dos concelhos, nas secretarias das camaras municipaes e nas regedorias de parochia, são os designados na tabella que for decretada pelo governo da metropole.

Art. 383.º Os peritos empregados nas diligencias a que as autoridades ou tribunaes administrativos mandarem proceder, para instrucção dos negocios da sua competencia, vencerão os mesmos emolumentos que estabelecer a tabella judicial por identicas diligencias.

## TITULO XI

### Disposições penaes

Art. 384.º Os vogaes dos corpos administrativos, que, sem motivo justificado nos termos d'este codigo, deixarem de comparecer em qualquer sessão pagarão a multa de 1\$500 réis por cada dia em que faltarem.

§ 1.º Se as faltas excederem o numero de dez, incorrerão, alem d'isso, na pena de perdimento do cargo e suspensão dos direitos politicos por um anno.

§ 2.º As multas impostas por este artigo constituem receita da respectiva corporação.

§ 3.º Os vogaes dos corpos administrativos, que se recusem a votar e a deliberar nos negocios tratados nas sessões; a que assistirem, consideram-se como não presentes ás mesmas sessões, e ficam sujeitos ás penas impostas aos que faltam sem causa justificada.

Art. 385.º Nenhum funcionario administrativo póde ausentar-se do logar da sua jurisdicção sem licença da autoridade competente, sob pena de ser demittido, sem prejuizo da applicação das mais penas em que houver incorrido.

Art. 386.º A suspensão de funções produz a perda dos vencimentos do suspenso.

Art. 387.º Todas as corporações ou gerentes, obrigados por este codigo a dar contas de suas gerencias, que não as prestarem no tempo e pelo modo prescripto nas leis, incorrem na multa, graduada segundo as circumstancias, de 100\$000 réis até 400\$000 réis, a qual será imposta pelo tribunal competente para julgar a conta.

§ unico. A imposição da multa, de que trata este artigo, não obsta á imposição, pelos meios competentes, das mais penas comminadas por qualquer outro abuso.

Art. 388.º O tribunal que impozer a multa, de que trata o artigo antecedente, marcará novo praso para a apresentação da conta.

§ unico. Se, findo o praso a que se refere este artigo, o responsavel não apresentar a conta em devida forma, o mesmo tribunal o condemnará no dobro da multa imposta pela primeira falta, e tomará a conta em vista dos elementos que existirem nas estações publicas.

Art. 389.º O producto das multas, de que tratam os dois precedentes artigos, constitue receita e é cobrado por execução administrativa.

Art. 390.º Os responsaveis que despenderem, sem autorisação ou com excesso d'ella, serão condemnados pelo

tribunal que julgar a conta, ou a restituir a importancia das quantias assim despendidas, ou na multa de 100\$000 a 400\$000 réis, segundo a gravidade das faltas ou dos abusos commettidos.

§ unico. A multa a que este artigo se refere não póde nunca exceder a quantia illegalmente despendida, e constitue a receita da corporação de cuja conta se tratar.

Art. 391.º As penas comminadas n'este codigo ou nas posturas e regulamentos por elle auctorisados, serão julgadas pela auctoridade judicial competente na conformidade das leis.

§ 1.º Em todo o caso em que deva applicar-se alguma das penas aqui mencionadas, os magistrados administrativos e os presidentes dos corpos administrativos mandarão lavrar auto em que se refiram todas as circumstancias do mesmo caso, e o remetterão ao agente do ministerio publico.

§ 2.º Dos autos que pela sobredita fórma se lavrarem, se remetterá copia ao governador geral.

§ 3.º Se o presidente de qualquer corpo administrativo não poder mandar lavrar o auto, por não se haver reunido o corpo, pertence ao respectivo magistrado administrativo mandal-o lavrar e remetter ao agente do ministerio publico.

§ 4.º Não são comprehendidas na disposição d'este artigo as penas de suspensão ou demissão e as multas de que tratam os artigos 384.º, 387.º e 390.º

Art. 392.º As disposições penaes estabelecidas na lei eleitoral são applicaveis ás eleições dos corpos administrativos.

## TITULO XII

### Disposições geraes

Art. 393.º A provincia, o concelho e a parochia são havidos por pessoas moraes para todos os effectos declarados nas leis.

Art. 394.º O ministerio publico é competente para, como parte principal, propor as acções necessarias a fazer valer quaesquer direitos da provincia, municipio ou parochia, nos casos em que todos ou a maior parte dos gerentes em exercicio devam ser demandados.

Art. 395.º É permittido a qualquer cidadão eleitor, intentar, em nome do interesse da provincia, municipio ou parochia em que for domiciliado, as acções judiciaes competentes para revindicar e reaver para as respectivas administrações quaesquer bens ou direitos que lhos tenham sido usurpados, ou estejam indevidamente possuidos por terceiros.

§ 1.º As acções permittidas por este artigo não podem ser intentadas senão quando a respectiva administração se recusar a propol-as, depois de lhe ter sido apresentada uma exposição circumstanciada ácerca do direito que se pretende fazer valer e dos meios de que se dispõe para o tornar effectivo, devendo alem d'isso preceder auctorisação da junta geral, se se tratar de direitos do municipio ou parochia, e do governador geral se se tratar dos direitos da junta geral.

§ 2.º Os individuos que obtiverem vencimento, no todo ou em parte, nas acções de que se trata, têm direito a ser indemnizados das despezas que fizerem com os pleitos.

Art. 396.º Serão feitos em hasta publica, precedendo editos, pelo menos de vinte dias, os contratos de alienação, arrematação de rendimentos, empreitadas e fornecimentos, em que forem interessados a junta geral, a camara municipal ou a junta de parochia.

Art. 397.º Os magistrados e os vogaes dos corpos administrativos, e os empregados na administração, não podem de fórma alguma ter parte ou tomar interesse em qualquer contrato que for estipulado sob a administração ou inspecção dos mesmos magistrados, corpos e empregados.

Art. 398.º Os gerentes dos rendimentos e dinheiro pertencentes aos corpos administrativos são solidariamente responsáveis pelos prejuizos a que derem causa, em virtude de resoluções tomadas em desaccordo com as deliberações respectivas ou com o disposto nas leis e regulamentos da administração publica.

Art. 399.º Não ha nenhuma outra incompatibilidade para o serviço dos cargos administrativos alem das que se acham expressamente marcadas nas leis.

Art. 400.º Em toda a jerarchia administrativa, singular e collectivamente considerada, as auctoridades inferiores são subordinadas ás superiores e obrigadas a cumprir todas as suas decisões e ordens legais, salvo o direito do respeitosa representação ás mesmas auctoridades.

Art. 401.º Nenhum magistrado ou funcionario administrativo pôde ser perturbado no exercicio das suas funções pela auctoridade judicial, nem por qualquer outra.

Art. 402.º O governador geral não pôde ser demandado criminalmente por facto praticado no exercicio das suas funções sem previa licença do governo da metropole.

§ 1.º Antes de terminado o processo preparatorio, a licença deverá ser pedida pela parte accusadora, ou pelo ministerio publico, se d'elle partir a accusação.

§ 2.º Em caso nenhum o juiz julgará o accusado sem que a parte accusadora ou o ministerio publico juntem ao processo documento authenticico por onde se prove que o governo consente na continuação do mesmo processo.

Art. 403.º O requerimento pedindo auctorisação para a continuação do processo deve conter o traslado de todas as suas peças até ao momento em que a auctorisação é requerida.

Art. 404.º O governo, ouvida a procuradoria geral da corôa em conferencia, concederá ou negará a licença, publicando logo na folha official a sua resolução e os fundamentos d'ella.

Art. 405.º Os governadores de districto e os administradores de concelho gosam tambem da garantia estabelecida nos artigos antecedentes, devendo n'este caso a licença ser concedida ou negada pelo governador geral da provincia, ouvido o conselho do governo, e publicada por portaria no *Boletim official* da provincia.

Art. 406.º As disposições dos artigos antecedentes abrangem os governadores geraes, os governadores de districto e os administradores de concelho demittidos ou exonerados.

Art. 407.º A garantia de que tratam os artigos antecedentes é extensiva aos substitutos dos magistrados referidos nos artigos 402.º e 405.º, enquanto aos actos praticados no tempo em que os substituirem.

Art. 408.º Os magistrados administrativos ou seus delegados, que no exercicio das suas funções forem ameaçados ou insultados, devem immediatamente fazer prender o culpado, formando auto, que remetterão no termo de vinte e quatro horas ao agente do ministerio publico.

Art. 409.º Os magistrados administrativos têm o primeiro lugar em todos os actos e solemnidades publicas, segundo a sua jerarchia, e na conformidade das leis e regulamentos do governo.

Art. 410.º São applicaveis á eleição dos juizes electivos as disposições d'este codigo relativas á eleição dos corpos administrativos, observando se os mais preceitos da legislação respectiva.

#### Disposições transitorias

Art. 411.º Não são obrigados a nova nomeação os actuaes magistrados e empregados que estiverem servindo logares para cujo provimento este codigo altera a legislação anterior.

§ unico. Os actuaes empregados da secretaria do governo geral são dispensados de novo encarte, e considerados para todos os effeitos como nomeados na conformidade d'este codigo.

Art. 412.º Os actuaes empregados da secretaria do governo geral que tiverem dois annos ou mais de bom e effectivo serviço na mesma secretaria, poderão ser promovidos independentemente de concurso.

Art. 413.º Podem continuar a servir os empregos que actualmente exercem, os empregados que não reünam as condições exigidas por este código para se obter a nomeação para os mesmos empregos.

Art. 414.º Os empregados das repartições administrativas que forem extinctas, serão preferidos quando tenham a necessaria aptidão para os empregos analogos das repartições em cujas circumscripções ficam comprehendidas as circumscripções das repartições a que pertenciam.

§ unico. Os empregados a que se refere este artigo podem ser addidos ás repartições subsistentes se as respectivas administrações d'elles carecerem e os julgarem para esse fim com a necessaria aptidão.

Art. 415.º Applicado este código por decreto especial a alguma das provincias ultramarinas, o respectivo governador geral mandará proceder á eleição para todos os corpos administrativos.

Art. 416.º Sómente depois de installados os corpos administrativos, eleitos na conformidade d'este código, começará este a ter plena execução.

Art. 417.º A substituição dos vogaes dos corpos administrativos a que se refere o artigo antecedente será feita, antes de terminado o primeiro biennio e não tendo havido dissolução, pelos vogaes que tiverem deixado de servir, preferindo os mais velhos aos mais novos em idade.

Art. 418.º A actual junta de fazenda continua em vigor, na conformidade da legislação existente, enquanto por lei não for regulado o serviço que desempenha.

Art. 419.º Continuam em vigor as disposições que regulam os ordenados do governador geral, dos governadores de districto, dos administradores de concelho e dos demais empregados administrativos, enquanto não forem legalmente alteradas.

Art. 420.º Enquanto o governo não decretar a nova tabella dos emolumentos, a que se refere o artigo 382.º, applicar-se-ha a que está em vigor.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 3 de novembro de 1881.—*Julio Marques de Vilhena*.